etrônico

Estratégia
CONCURSOS

Aul

Estudo Estratégico p/ DPU (Defensor Público Federal)

Professor: Equipe Igor Maciel, Igor Maciel, Paulo H M Sousa, Vanderlei Garcia Junior

Plano de Estudos para DPU

Prof. Igor Maciel
Prof. Vanderlei Junior

Aula 00 Edital Estratégico para DPU

APRESENTAÇÃO DOS PROFESSORES

Olá pessoal, tudo bem?

Me chamo **Igor Maciel** e sou professor do Estratégia Carreira Jurídica de Fazenda Pública em Juízo e Direitos Difusos e Coletivos.

Sou Mestre e Doutorando em Direito e desde o ano de 2016 leciono com o foco exclusivamente para concursos.

Sou um entusiasta dos concursos de advocacia pública e aqui no Estratégia estou à frente dos cursos de Discursivas (peças, pareceres e questões) focados em Procuradorias Estaduais, Municipais, Legislativas e na própria AGU.

No Estratégia, leciono as disciplinas de Aspectos de Direito Processual Civil aplicados à Fazenda Pública, Direito Administrativo e Direitos Difusos e Coletivos.

Deixo abaixo minhas redes sociais para qualquer dúvida, crítica ou sugestão sobre o material. Espero que vocês gostem!

@ProfIgorMaciel

Meu nome é **Vanderlei Garcia Junior,** sou Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e professor do Estratégia Concursos e Carreiras Jurídicas.

Sou Doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Mestre em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (Fadisp/SP) e pela Università degli Studi di Roma II (Tor Vergata).

Sou especialista em Direito Processual Civil pela Escola Paulista da Magistratura de São Paulo (EPM/SP) e em Direito Privado pela Faculdade de Direito Damásio de Jesus (FDDJ/SP).

De igual maneira, a minha experiência profissional inclui a docência nos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da Universidade Nove de Julho (Uninove/SP) e da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (Fadisp/SP), bem como nos cursos de pós-graduação em Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP e da Escola Paulista de Direito (EPD/SP).

Por fim, ministro aulas em cursos preparatórios para concursos públicos e exames de ordem, lecionando no Estratégia, além das matérias de Difusos e Coletivos e Legislações Especiais (Municipais e Estaduais), também Princípios e Legislações Institucionais exclusivamente para o concurso da Defensoria Pública, sendo também

autor de obras jurídicas nas Editoras Saraiva (Direito Processual Civil – Coleção Passe em Concursos Públicos; Prática Civil – Coleção Completaço Passe na OAB 2ª Fase; Manual Passe na OAB – Teoria Sistematizada e Coleção Completaço – Polícia Civil) e Juruá (Recursos e Processos nos Tribunais).

Ficam aqui minhas redes sociais:

@profvanderleijr

Entendemos que o caminho ideal a ser seguido no estudo para defensorias públicas passa por uma análise estatística das últimas provas para Defensor Público elaboradas pelas principais bancas do país.

Neste arquivo, faremos o seguinte:

1- Conversaremos um pouco sobre o concurso para Defensor Público da União;
2- Analisaremos a cobrança da disciplina de Direito Constitucional nas provas de Defensoria Pública elaboradas nos últimos 5 anos pela banca CESPE, em comparação com outras duas importantes bancas do país (FCC e VUNESP);
3- Sugeriremos um plano de estudos ideal;

Combinado?

Esperamos que o material seja útil,

Prof. Igor Maciel e Prof. Vanderlei Junior

SUMÁRIO

Apresentação dos professores **2**
Sumário **4**
1- Apresentação do Material **5**
2 – Preparação para o concurso **5**
3 - Organização dos estudos **6**
3.1 - Ciclos de Estudos *6*
3.2 - Tempo *8*
Não se imponha metas inatingíveis (“vou passar em 1 ano!”). 8
Quando você for estudar, estude. 8
Faça pausas 9
3.3 - Estratégias úteis *9*
Não estudar apenas uma matéria 9
Faça revisões periódicas 10
3.4 - Descanso *10*
3.5 - Conclusões *10*
4.3 - E depois? *17*
4.4 - Como estudar questões? *19*
5 – Análise da Disciplina de Direito Constitucional **19**
5.1 – Análise da Banca CESPE *19*
5.1.1 – Análise da Prova DPE PE - 2018 26
5.1.2 – Análise da Prova DPU - 2017 33
5.1.3 – Análise da Prova DPE AL - 2017 42
5.1.4 – Análise da Prova DPE AC - 2017 50
5.1.5 – Análise da Prova DPU - 2015 56
5.1.6 – Análise da Prova DPE RN - 2015 63
5.1.7 – Análise da Prova DPE PE - 2015 78
5.2 – Análise da Banca VUNESP *86*
5.3 – Análise da Banca FCC *89*
6- Considerações Finais **97**

1- APRESENTAÇÃO DO MATERIAL

Amigos, apresentamos para vocês nosso estudo estratégico para a Defensoria Pública da União.

A ideia é que façamos uma análise pormenorizada dos concursos anteriores das Defensorias Públicas Estaduais e também da DPU, organizados pelas bancas CESPE. Isto porque acreditamos que o CESPE será o organizador do próximo concurso.

Em todo caso, faremos um cotejo analítico também da cobrança dos últimos concursos das bancas FCC e VUNESP, em uma tentativa de prever uma tendência de cobrança nestas provas, além de demonstrar os temas quentes de defensorias.

Pretendemos, com isto, orientar o estudo dos alunos para uma melhor compreensão do que efetivamente poderá ser cobrado em um próximo concurso de Defensoria Pública.

Os membros da banca provavelmente manterão o padrão de cobrança dos concursos anteriores, bem como aplicarão na prova conhecimentos relativos às suas publicações acadêmicas. Assim, acreditamos que com um direcionamento será possível atingir uma boa nota na 1ª fase.

2 – PREPARAÇÃO PARA O CONCURSO

O foco em concursos de Defensoria Pública da União passa pelo estudo das seguintes disciplinas:

Direito Constitucional	**Direito Administrativo e Tributário**	**Princípios e Legislações Institucionais**	**Direitos Difusos e Coletivos**	**Direito do Consumidor**
Direito Penal e Criminologia	**Direito Processual Penal**	**Direito Civil e Empresarial**	**Direito Processual Civil**	**Direitos Humanos**
Filosofia do Direito e Sociologia Jurídica	**Direito do Trabalho**	**Direito Processual do Trabalho**	**Direito Militar**	**Direito Processual Militar**
Direito Eleitoral	**Direito Ambiental**	**Direito Previdenciário e da Assistência Social**	**Direito Internacional**	

Importante verificar que as disciplinas acima, na verdade, se subdividem em quatro Grupos de disciplinas, no total de 50 questões por grupo, totalizando, assim, 200 questões. Segundo o edital do último concurso, de 2017, na Primeira Fase do concurso, na prova Objetiva, foram divididos os grupos da seguinte forma:

7 DAS FASES DO CONCURSO

7.1 As fases do concurso estão descritas no quadro a seguir.

Fase	Área de conhecimento		Nº de itens	Caráter
Primeira fase – Prova Objetiva	Grupo I	Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Consumidor, Direito Ambiental, Direito Processual Civil e Direito Tributário	50	Eliminatório e classificatório
	Grupo II	Direito Penal e Criminologia, Direito Processual Penal, Direito Penal Militar, Direito Processual Penal Militar e Direito Eleitoral	50	
	Grupo III	Direito Administrativo, Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Previdenciário e da Assistência Social e Princípios Institucionais da Defensoria Pública	50	
	Grupo IV	Direito Constitucional, Direito Internacional, Direitos Humanos, Filosofia do Direito, Noções de Sociologia Jurídica e Noções de Ciência Política	50	

3 - ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS

A **chave do sucesso** para aprovação em qualquer concurso envolve um quarteto: **planejamento, estratégia, um bom material de estudos e dedicação.** Não adianta o aluno ter o melhor material, o melhor planejamento, a melhor estratégia e não se dedicar ou manter o foco.

Neste momento, quero conversar com você sobre o planejamento e a estratégia. Com o material de estudos, o Estratégia também pode te ajudar. Contudo, a **dedicação** precisa ser com você. Afinal, aqui vale a máxima ***"no pain no gain"***.

Se você estiver disposto a pagar o preço do sucesso, este material pode te ajudar.

3.1 - CICLOS DE ESTUDOS

Entendemos que a melhor maneira de se estudar para concursos – e isto é algo bastante pessoal – é através de ciclos. Estes poderão ser organizados de forma proporcional

ao volume de conteúdo e cobrança de cada matéria, alternando-se o estudo de todas as matérias objeto do certame escolhido.

Assim, inicialmente, você deve delimitar o tempo que dedicará aos estudos. Feito isso, poderá adaptar o ciclo dentro da sua disponibilidade. Caso você disponha de mais tempo diário de estudos, por exemplo, 8 horas diárias, o ciclo ficará mais curto.

Se você dispuser de 4 horas diárias, naturalmente o período do ciclo irá se alongar um pouco mais. Não isso não é problema, pois cada um tem um ritmo de estudos e um tempo para chegar à sonhada aprovação. O importante é: decidido a estudar para concurso, você deve fazê-lo de forma profissional, aproveitando o tempo da melhor forma possível!

Mais uma observação quanto à delimitação do tempo de estudos. **Não se empolgue! "Eu irei estudar 12 horas diárias!"**

Pense que o projeto que você irá desenvolver é um **emprego temporário. Registre ponto!** Você deve estudar todos os dias na forma como você estabelecer esse contrato. Não serão admitidas faltas ou descompromisso. Portanto, não exagere, caso contrário você não irá conseguir cumprir o cronograma. Não dar conta do planejamento, certamente, irá desmotivá-lo.

Não raras vezes, iniciamos com muito vigor, mas cansamos. Em decorrência disso, o candidato acha que é o culpado, minimiza a sua capacidade, a sua força de vontade. Mas muito provavelmente não é isso. Pode ser que você tenha criado uma expectativa muito grande, não exequível!

CURIOSIDADE

Em números!

Se você estudar 4 horas diárias, de segunda a sábado, ao longo de 1 ano você terá estudado 1248 horas!

Considerando a experiência e conhecimento jurídico prévios, se estudado de forma correta, será o suficiente para ser aprovado em qualquer concurso de advocacia pública.

Nesse momento, se você pretende estudar para um concurso que sequer tem edital autorizado, seguramente você terá esse tempo para estudar.

Além disso, independentemente do seu ritmo de estudos, se mais rápido ou mais devagar, ao final de cada ciclo você terá estudado todas as matérias da ementa escolhida de

acordo com a importância de cada uma delas para a sua prova. É a melhor forma de organizar os estudos!

3.2 - TEMPO

O tempo sempre será um vilão ou um aliado, a depender da forma que você o observe.

A diferença é que para todos os candidatos do concurso, sem exceção, os prazos são os mesmos e os dias de todos possuem 24 (vinte e quatro) horas.

Mas professor, eu trabalho.
Mas professor, eu tenho faculdade.
Mas professor, eu tenho filhos.
Mas professor, eu viajo muito.
Mas professor, eu não tenho dinheiro.
Mas professor, outros candidatos têm muito mais benefícios que eu.

LEITURA OBRIGATÓRIA

As razões todo mundo sabe. Você vai fazer delas uma desculpa ou combustível para o sucesso?

O segredo, sem dúvidas é saber administrar o seu tempo. Não se engane. Tradicionalmente quem mais tem tempo é quem menos estuda, por acabar "ocupando" o tempo com atividades de menor importância.

Por outro lado, quem possui o tempo curto, acaba extraindo o máximo de eficiência no pouco tempo que dispõe.

Algumas dicas nesta gestão de tempo são úteis:

Não se imponha metas inatingíveis ("vou passar em 1 ano!").

Metas assim geralmente possuem um efeito negativo: frustração, dor, sentimento de incapacidade, ao invés de motivarem.

Quando você for estudar, estude.

Parece brincadeira, mas não é. Esqueça celular, telefone, criança, filho, esposa, mãe, pai, cachorro... tudo! O momento de estudo é um momento seu. Seu trabalho. Seu momento.

Coloque uma garrafa de água e uma xícara de café e reduza as interrupções da sua concentração.

Assim, quando você for estudar **uma hora**, realmente estude por uma hora.

Eu particularmente não troco uma hora de estudos minha por duas ou três horas de muitas pessoas.

Faça pausas

Ao longo do período diário de estudos é fundamental que você **faça pausas**.

Estudos científicos demonstram que a capacidade de absorção é inversamente proporcional ao tempo seguido e contínuo dedicado aos estudos.

Na primeira hora a capacidade de aprendizado é ótima. Se você seguir de forma ininterrupta na segunda hora a capacidade de absorção será reduzida. Assim, sugere-se fazer pequenas pausas, de 10 a 15 minutos, para retomada dos estudos com vigor!

3.3 - ESTRATÉGIAS ÚTEIS

Definir uma estratégia de estudos é realmente importante. Isto não significa que existe uma fórmula mágica ideal que terá aplicação para todas as pessoas do mundo. O que podemos fazer neste momento é apresentar ideias que já funcionaram com outras pessoas para você avaliar se na sua vida estas estratégias funcionam ou não.

Não estudar apenas uma matéria

Entendemos que você **não deve estudar apenas uma matéria ao longo do dia**. Isso deixará o estudo mais cansativo e gerará uma falta de motivação que será prejudicial para o aproveitamento.

Por exemplo, se você gosta de Direito Constitucional e Direito Civil, mas não gosta de Direito Penal, poderá iniciar os estudos com Direito Constitucional para iniciar com força total. Após, você estuda Direito Penal e, ao final, para manter a motivação, estuda Direito Civil.

Não deixe para encerrar os estudos com Direito Penal, pois você estará cansado e desmotivado. Da mesma forma, não inicie com a disciplina que você mais possui aversão, pois a má-disposição poderá afetar o restante dos seus estudos.

Com isso você aproveitará a motivação extra de disciplinas que você tem mais apreço e intercalará com outras que você não gosta tanto. É uma forma inteligente de você usar a motivação a seu favor. **Lembre-se: tudo o que fizer com vontade, de forma proativa, motivado, verterá melhor resultado!**

Faça revisões periódicas

Além disso, é fundamental que você faça uma **revisão periódica** das partes principais daquilo que você já estudou. Dado o volume de informações, nós sugerimos dois métodos de revisão insertos no ciclo: um primeiro a ser realizado **semanalmente** e outro ao **final do ciclo**.

Ao final de uma semana de estudos você terá visto um contingente significativo de conteúdo, logo poderá destacar parte do dia de estudo para revisar a matéria estudada ao longo da semana. É uma forma de alimentar e solidificar os conteúdos estudados.

Além disso, ao final do ciclo você reservará outra parcela do cronograma de estudos para retomar aquilo que estudou ao longo das semanas anteriores.

3.4 - DESCANSO

Um amigo uma vez me disse algo verdadeiro: concurso público se compara a uma maratona e não a uma corrida de 100 metros rasos.

É dizer: concurso público é condicionamento. De nada adianta você sair em disparada e, ao final dos três primeiros meses, estar rastejando. O estudo para concursos jurídicos deve ser intenso, mas cadenciado. Desse modo, **reserve um dia na semana para descansar**. Neste dia procure não estudar, no máximo prepare a organização dos seus estudos para a semana seguinte.

Apenas com edital aberto e próximo do concurso é que sugerimos estudar todos os dias. Não é o caso agora. Não podemos nem mesmo cogitar a possibilidade de, uma vez saído o edital, você estar cansado. Esses parâmetros serão utilizados no nosso ciclo de estudos.

3.5 - CONCLUSÕES

Com a finalidade de melhor orientar seus estudos, elaboramos um **planejamento em ciclos**. O estudo por ciclos constitui em um método proporcional e alternado de estudos de todas as matérias objeto do certame escolhido.

Assim, inicialmente, você deve **delimitar o tempo que dedicará aos estudos**. Feito isso, poderá adaptar o ciclo dentro da sua disponibilidade. Caso você disponha de mais tempo diário de estudos, por exemplo, 8 horas diárias, o ciclo ficará mais curto. Se você dispuser de 4 horas diárias, naturalmente o período do ciclo irá se alongar um pouco mais. Isso não é um problema, pois cada um tem seu ritmo de estudos e seu tempo para chegar à sonhada aprovação. O importante é, decidido a estudar para concurso, fazê-lo de forma profissional, aproveitando o tempo da melhor forma possível!

Mais uma observação quanto à delimitação do tempo de estudos. Não se empolgue: "Eu irei estudar 12 horas diárias!" Pense que o projeto que você irá desenvolver é um

emprego temporário. Registre ponto! Você deve estudar todos os dias na forma como você estabelecer em contrato. Não serão admitidas faltas ou descompromisso. Portanto, não exagere, caso contrário você não irá conseguir cumprir o cronograma. Não dar conta do planejamento, certamente, irá desmotivá-lo.

Não raras vezes, iniciamos com muito vigor, mas cansamos. Em decorrência disso, o candidato acha que é o culpado, minimiza a sua capacidade, a sua força de vontade. Mas muito provavelmente não é isso. Pode ser que você tenha criado uma expectativa muito grande, não exequível!

Além disso, independentemente do seu ritmo de estudos, se mais rápido ou mais devagar, ao final de cada ciclo você **terá estudado todas as matérias da ementa escolhida de acordo com a importância de cada uma delas para a sua prova**. É a melhor forma de organizar os estudos!

Temos, ainda, algumas premissas relevantes:

(1) Você **não deve estudar apenas uma matéria ao longo do dia**. Isso deixará o estudo mais cansativo. A falta de motivação será prejudicial para o aproveitamento.

Por exemplo, se você gosta de Direito Constitucional e Direito Civil, mas não gosta de Direito Penal, poderá iniciar os estudos com Direito Constitucional para iniciar com força total. Após, você estuda Direito Penal e, ao final, para manter a motivação, estuda Direito Civil. Não deixe para encerrar os estudos com Direito Penal, pois você estará cansado e, talvez, desmotivado. Não inicie com a disciplina que tem menos apreço, pois a má disposição poderá afetar o restante dos seus estudos naquele dia.

Com isso você aproveitará a motivação extra de disciplinas que você tem mais apreço e intercalará com outras que você não gosta tanto. É uma forma inteligente de você usar a motivação a seu favor. Lembre-se: tudo o que fizer com vontade, de forma proativa, motivado, verterá melhor resultado!

(2) Ao longo do período diário de estudos é fundamental que você **faça pausas**. Há estudos que demonstram que <u>a capacidade de absorção é inversamente proporcional ao tempo seguido dedicado aos estudos</u>. Na primeira hora a capacidade de aprendizado é ótima. Se você seguir de forma ininterrupta na segunda hora a capacidade de absorção será reduzida. Assim, sugere-se fazer pequenas pausas, de 10 a 15 minutos, para retomada dos estudos com vigor!

(3) Além disso, é fundamental que você faça uma **revisão periódica** das partes principais daquilo que você já estudou. Dado o volume de informações, nós sugerimos dois métodos de revisão insertos no ciclo: um primeiro a ser realizado **semanalmente** e outro ao **final do ciclo**.

Ao final de uma semana de estudos você terá visto um contingente significativo de conteúdo, logo poderá destacar parte do dia de estudo para revisar a matéria estudada ao longo da semana. É uma forma de solidificar os conteúdos estudados.

Também é importante que, ao final do ciclo, você reserve outra parcela do cronograma de estudos para retomar aquilo que estudou ao longo das semanas anteriores.

(4) Concurso público é condicionamento. De nada adianta você sair em disparada e, ao final dos três primeiros meses, estar rastejando. O estudo para concursos jurídicos deve ser intenso no período dedicado a ele, mas cadenciado com outras atividades.

Desse modo, **reserve um dia na semana para descansar**. Neste dia procure não estudar, no máximo, prepare a organização dos seus estudos para a semana seguinte.

Esses parâmetros serão utilizados no nosso ciclo de estudos.

Para elaboração do ciclo de estudos *vamos levar em consideração a proporção das matérias constantes nos principais editais e nas últimas provas dos principais concursos para DPEs.*

Assim, ao longo do ciclo de estudos distribuiremos o tempo de estudo de acordo com as disciplinas que possuam um maior peso para a prova, podendo assim atribuir:

DISCIPLINA	PESO
DIREITO CONSTITUCIONAL	3
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	3
DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS	3
DIREITO ADMINISTRATIVO	3
DIREITO DO TRABALHO	3
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	3
DIREITO PENAL	2
PROCESSO PENAL	2
PRINCÍPIOS E LEGISLAÇÕES INSTITUCIONAIS	2
DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL	2
DIREITO PENAL MILITAR	2
DIREITO PROCESSUAL MILITAR	2
DIREITOS HUMANOS E DIREITO INTERNACIONAL	1
DIREITO ELEITORAL	1
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	1
DIREITO AMBIENTAL	1

FILOSOFIA DO DIREITO E SOCIOLOGIA JURÍDICA	1

Ao final do ciclo, teremos uma distribuição do tempo maior de estudo destinado para Direito Constitucional, na sequência, distribuiremos outra parte maior do tempo ao estudo de Direito Administrativo, assim, sucessivamente.

Vamos montar o ciclo levando em consideração que você disporá de 4 horas diárias para estudar. Note que são 4 horas líquidas, já descontadas pausas e tempo para organização pré e pós-estudo. Na representação diária você terá:

17:45	organização pré-estudo
18:00	1ª HORA DIÁRIA
18:15	
18:30	
18:45	
19:00	Pausa
19:15	2ª HORA DIÁRIA
19:30	
19:45	
20:00	
20:15	Pausa
20:30	3ª HORA DIÁRIA
20:45	
21:00	
21:15	
21:30	Pausa
21:45	4ª HORA DIÁRIA
22:00	
22:15	
22:30	

22:45	5ª HORA DIÁRIA
23:00	
23:15	
23:30	
23:45	organização pós-estudos

Note que para fazer 5 horas líquidas, serão necessários 5h e 15min, em média, para executá-lo com as pausas necessárias.

O ciclo será estruturado levando-se em consideração o estudo semanal de segunda a sábado.

Além disso, vamos destacar, pelo menos, 2 horas adicionais aos sábados para revisão semanal de estudos.

Você poderá ultrapassar esse período caso tenha disponibilidade e, principalmente, caso não tenha encerrado toda a revisão.

Também nada impede que você finalize o estudo um pouco antes do previsto. O que importa é revisar o estudado ao longo das semanas.

Ao final do ciclo, reservaremos três dias inteiros para revisão do estudado até então.

Veja como fica:

- 95 horas de estudo;
- 4 horas de revisões semanais;
- 30 horas de revisão ao final do ciclo.

Com alguns ajustes e levando em consideração a proporcionalidade acima, você estudará o seguinte número de horas por disciplina:

CICLO	
DISCIPLINA	**HORAS DE ESTUDO**
Direito Constitucional	10
Direito Administrativo	8
Direito Penal	13
Direito Processual Penal	12
Direito Civil	8
Direito Empresarial	4
Direito Processual Civil	12
Direitos Difusos e Coletivos	4
Direitos Humanos e Internacional	4
Direito do Trabalho	6
Direito Processual do Trabalho	2
Direito Previdenciário e da Assistência Social	2
Direito Penal Militar	2
Direito Processual Militar	2
Direito Eleitoral	2
Direito Ambiental	1
Legislação e Princípios Institucionais da DPE	6
Filosofia Jurídica	2
Sociologia Jurídica	2
Revisões de sábado	12
Revisão de final de ciclo	18
Total estudado no ciclo	137

Em um ciclo total, você terá estudado 144 horas líquidas. Serão 148 horas em 30 dias; 324 horas em um trimestre; 648 horas em um semestre; 1296 horas em um ano. Dá para se tornar Defensor Público :).

De fato, não é fácil, mas será o preço necessário para que você possa chegar lá.

Distribuindo esse ciclo ao longo do mês, temos:

CICLO						
Domingo	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**	**Sábado**
1 descanso	2 DCO-2h PRINC LEG INST-2H ELEIT-1H	3 DA-2h DP-2h DPM-1H	4 DPP-2h TRAB-2h AMB-1H	5 DCV-2h AMB-1h FILO-2h	6 SOCIO-2h PRINC LEG INST -2h DA-1h	7 DP-2h DPC-2h REV-4h
8 descanso	9 EMP-2h DPP-2h DPPM-1H	10 DCV-2h PREV-2h DPPM-1H	11 DCO-2h DPP-2h DPM-1H	12 DP-2h DIF e COL-2h ELEIT-1H	13 DA-2h DCV-2h EMP-1H	14 DPC-2h DP-2h REV- 4h
15 descanso	16 DCO-2h TRAB-2H DIF e COL-1h	17 DCV-2h EMP-1h DA-2h	18 DA-2h TRAB-2h DIF E COL-1H	19 DA-2h DPP-2h PROC TRAB-1H	20 DP-2h DPC-2h PROC TRAB-1H	21 DPP-2h DPC-2h REV-4h
22 descanso	23 DP-2h DPC-2h INT-1H	24 DH-2h DCO-2h DP-1h	25 DPP-2h DH-1h PRINC e LEG INST-2h	26 DCO-2h DPC-2h EMP-1H	27 REV- 6h 1/3	28 REV- 6h 2/3
29 descanso	30 REV - 6h 3/3					

Esse ciclo deverá ser repetido constantemente até a data em que sair o edital.

Após a publicação do edital, é válido você se concentrar na resolução de questões, leitura da legislação, revisão dos conteúdos mais importantes. De certo modo, você seguirá esse ciclo, porém, com algumas alterações. Temos convicção de que, após todo esse tempo de preparação você decidirá adaptar o ciclo para dar atenção a eventuais conteúdos que possam gerar maiores dificuldades, ou temas que entenda melhor dar mais atenção.

Além disso, caso você tenha menos tempo, poderá reduzi-lo ou adaptá-lo para os dias da semana que tiver menor disponibilidade. Agora, se você tem mais tempo, poderá aumentar um pouco mais o número de horas diárias de estudos. Não é sugerido, contudo, ultrapassar 8 horas diárias, ao menos agora, no estudo de médio prazo.

4.3 - E DEPOIS?

É hora de focar no custo x benefício!

Sempre revisando os principais pontos já estudados anteriormente, parta para o ataque quanto às disciplinas que possuem pouco conteúdo e **alta incidência** no concurso de Defensorias.

Eis as matérias:

Trabalho e Processo do Trabalho	**Princípios e Legislações Institucionais**	**Direitos Humanos e internacional, Filosofia do Direito e Sociologia Jurídica**

Se você seguir a mesma dedicação da planilha de estudos acima desenvolvida, acreditamos que em cerca de 15 dias, você será capaz de vencer os principais pontos destas disciplinas. Mas veja, você já estará ***"no ritmo"*** e poderá acrescentar mais horas diárias ao seu estudo.

Aqui mudaremos um pouco o foco também: 3 horas de estudo por dia de cada matéria com o objetivo de exaurir os conteúdos na maior brevidade possível. As revisões e as questões serão feitas de forma um pouco diferente.

Dia 36	**Dia 37**	**Dia 38**	**Dia 39**	**Dia 40**	**Dia 41**	**Dia 42**
TRAB - 3H	HUM E INT - 3H	REVISÃO TRAB, PRINC, HUM E FILO/SOC (1 HORA PARA CADA)	PROC DO TRAB - 3H	HUM E INT - 3H	**REVISÃO DO CONTEÚDO - 4H**	TRAB - 3H
PRINC INST - 3H	FILOS E SOCIOL - 3H	QUESTÕES - 2H	PRINC INST - 3H	FILOS E SOCIOL - 3H	**QUESTÕES - 4H**	PRINC INST - 3H
Dia 43	**Dia 44**	**Dia 45**	**Dia 46**	**Dia 47**	**Dia 48**	**Dia 49**

TRAB - 3H	HUMANOS E INT- 3H	REVISÃO TRAB, PRINC, HUM E FILO/SOC (1 HORA PARA CADA)	PROC DO TRAB - 3H	HUMANOS E INT- 3H	**REVISÃO DO CONTEÚDO - 4H**	Simulado 100 questões objetivas – Todas as matérias – 4 horas
PRINC INST - 3H	FILOS E SOCIOL - 3H	QUESTÕES - 2H	PRINC INST - 3H	FILOS E SOCIOL - 3H	**QUESTÕES - 4H**	Correção Simulado – 2 horas

Nesta toada, em 14 dias, o aluno teria acumulado:

MATÉRIA	TEMPO (H)
ADMINISTRATIVO	20
CONSTITUCIONAL	20
PROC CIVIL	22
PENAL/PROC PENAL	20
DIFUSOS E COLETIVOS	22
CRIANÇA E ADOLESCENTE	15
PRINC INST	15
HUMANOS	12
FILOSOFIA/SOCIOLOGIA	12
REVISÃO (considerando 1 hora durante a semana)	72
QUESTÕES (considerando 1 hora durante a semana)	70
Simulados	12
Total	**318 horas**

IMPORTANTE: Agora, na última semana, é hora de revisar o conteúdo estudado.

Para tanto, sugerimos o seguinte:

Dia 70	Dia 71	Dia 72	Dia 73	Dia 74	Dia 75
REVISÃO PROC CIVIL + CIVIL	REVISÃO CONST e ADMIN	REVISÃO PENAL + PROC PENAL	REVISÃO DIFUSOS E COLETIVOS	REVISÃO TRAB E PROC DO TRAB + HUMANOS + FIL/SOC	REVISÃO PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

Lembre-se! Esta é APENAS uma sugestão e um MODELO de estudos para um candidato iniciante.

Se você já tem alguma experiência, inverta a lógica, se for o caso.

Priorize os temas que você tem mais dificuldade.

4.4 - Como estudar questões?

O estudo por questões é bastante relevante seja para o acompanhamento da sua evolução como também para análise das possíveis "pegadinhas" que as bancas tentam aplicar.

Neste estudo recomendamos a utilização do sistema TEC Concursos, onde os eventuais erros dos alunos põem ser sanados com comentários das questões feitos por professores.

www.tecconcursos.com.br

5 – Análise da Disciplina de Direito Constitucional

Acreditamos que a banca do próximo concurso da Defensoria Pública da União será o CESPE/CEBRASPE. Assim, estudamos de forma detalhada a cobrança desta banca em concursos de Defensorias nos últimos 5 anos. Vamos fazer agora uma análise da disciplina de Direito Constitucional nos concursos de Defensorias desta banca.

Contudo, iremos também fazer um cotejo analítico com a cobrança de outras duas importantes bancas do país (FCC e VUNESP) nos últimos 5 (cinco) anos em Defensorias para verificarmos se existe alguma tendência na cobrança das questões.

5.1 – Análise da Banca CESPE

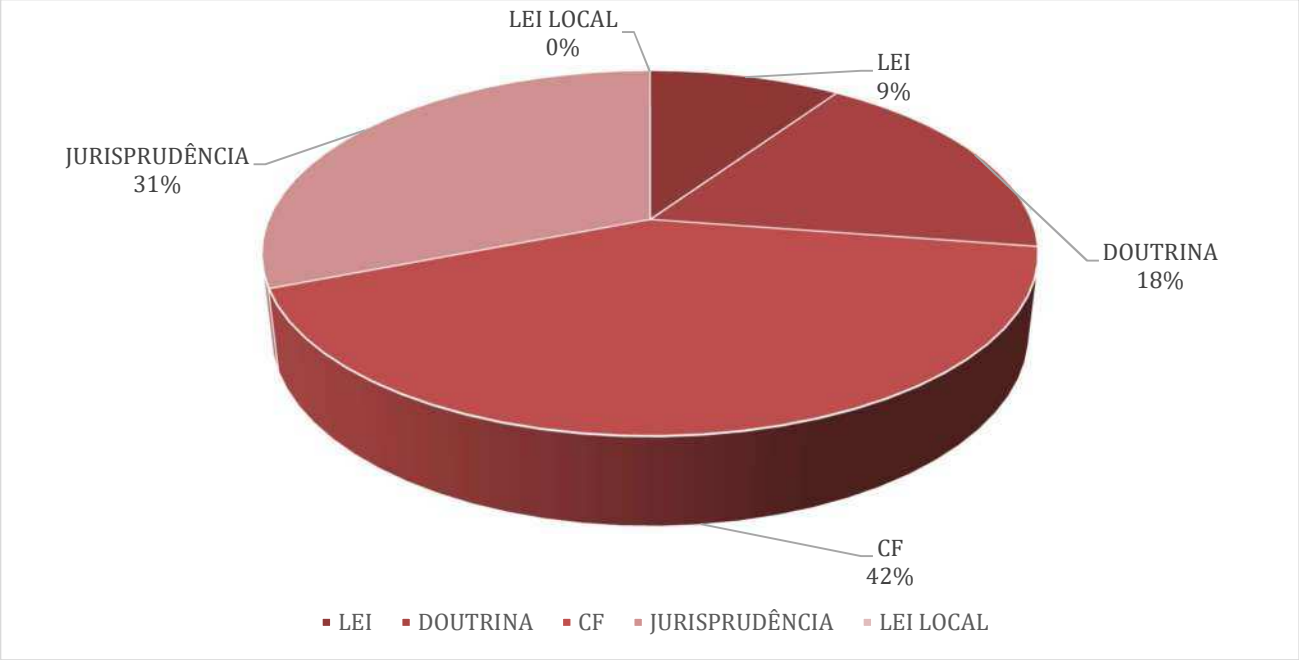
Diante da análise de todas as questões de **Direito Constitucional** cobradas nos últimos certames da banca CESPE para concursos de **Defensor Público**, percebe-se uma certa harmonia na cobrança de lei seca, doutrina (básica) e jurisprudência, sem um destaque especial para nenhuma forma de cobrança específica. Eis o gráfico de incidência:

DIREITO CONSTITUCIONAL	LEI	DOUTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Eficácia dos direitos fundamentais		1				1
Conceito de constituição		1				1
Direitos e garantias individuais e coletivos	1			1		2
Supremacía da constituição		1				1

Concepção jurídica de constituição segundo Hans Kelsen		1				1
Poder constituinte originário		1				1
Limites constitucionais do poder constituinte derivado				1		1
Revogação de normas anteriores à CF				1		1
Recepção de lei anterior a CF		1				1
Mutação constitucional		1				1
Constituição simbólica		1				1
Obrigação de fazer - obras em estabelecimentos prisionais				1		1
Depósito prévio de dinheiro ou bens para recurso administrativo				1		1
Pagamentos devidos pela Fazenda Pública			1			1
Habeas data			1			1
Direitos políticos	1					1
Responsabilidade por dano ao meio ambiente			1			1
Competência concorrente para legislar			1			1
Lei orgânica municipal			1			1
Intervenção Federal			1			1
Concursos públicos				1		1
Números de deputados			1			1
Foro por prerrogativa de função				1		1
Comissão parlamentar de inquérito		1				1
Competências do presidente da república			1			1
Comutação das penas			1			1
Conselho de defesa nacional			1			1
Habeas corpus			1			1

Competência para homologação de sentença estrangeira			1			1
Medidas provisórias			1			1
Ministério público			1			1
Estado de defesa			1			1
Lei ordinária			1			1
Regime constitucional dos gastos públicos			1			1
Acesso à educação			1			1
Jurisdição constitucional dos TJs Estaduais				1		1
Poder constituinte decorrente		1	1			2
Reserva do possível		1		1		2
Mandado de segurança			1	1		2
Direitos fundamentais			1	1		2
Súmulas vinculantes				2		2
Servidores públicos				2		2
Conselho nacional de justiça				2		2
Sistema único de saúde			1	1		2
Mandado de injunção	2		1			3
Nacionalidade			1	2		3
Princípios constitucionais		2		2		4
Direitos sociais			3	1		4
Controle de constitucionalidade	4	2		2		8
Defensoria pública			8	1		9
TOTAL	**8**	**15**	**35**	**26**	**0**	**84**
%	**9,5%**	**17,9%**	**41,7%**	**31,0%**	**0,0%**	**100%**

Estatisticamente, temos esta forma de cobrança nas provas:



Em uma análise prova a prova do CESPE em Defensorias nos últimos 5 anos, temos o seguinte:

DPE PE - 2018	LEI	DOUTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Princípios constitucionais		2				2

Poder constituinte		1				1
Remédios constitucionais	1		1			2
Nacionalidade			1			1
Comissões parlamentares de inquérito		1				1
Competências do presidente da república			1			1
Defensoria pública			1			1
Controle de constitucionalidade	1			1		2
TOTAL	**2**	**4**	**4**	**1**	**0**	**11**
%	**18,2%**	**36,4%**	**36,4%**	**9,1%**	**0,0%**	**100%**

DPU - 2017	LEI	DOUTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Direitos e garantias individuais	1					1
Supremacía da Constituição		1				1
Poder constituinte		1				1
Remédios constitucionais			2			2
Nacionalidade				2		2
Direitos políticos	1					1
Meio ambiente			1			1
Direitos sociais e coletivos			1			1
Defensoria pública			1			1
Sistema único de saúde			1	1		2
Controle de constitucionalidade		1				1
TOTAL	**2**	**3**	**6**	**3**	**0**	**14**
%	**14,3%**	**21,4%**	**42,9%**	**21,4%**	**0,0%**	**100%**

DPE AL - 2017	LEI	DOUTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Constitucionalização do direito		1				1
Recepção		1				1
Remédios constitucionais			1			1
Súmulas vinculantes				1		1
Princípios constitucionais				1		1
Medidas provisórias			1			1
Defensoria pública			1			1
Estado de defesa			1			1
Controle de constitucionalidades	2					2
TOTAL	**2**	**2**	**4**	**2**	**0**	**10**
%	**20,0%**	**20,0%**	**40,0%**	**20,0%**	**0,0%**	**100%**

DPE AC - 2017	LEI	DOUTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Mutação constitucional		1				1
Poder judiciário				1		1
Competência concorrente para legislar			1			1
Intervenção federal			1			1
Concurso público			1			1
Conselho nacional de defesa			1			1
Defensoria pública			1			1
Lei ordinária			1			1
Acesso à educação			1			1
Controle de constitucionalidade	1					1
TOTAL	**1**	**1**	**7**	**1**	**0**	**10**
%	**10,0%**	**10,0%**	**70,0%**	**10,0%**	**0,0%**	**100%**

DPU - 2015	LEI	DOUTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Conceito de constituição		1				1
Limites constitucionais do poder constituinte				1		1
Revogação de normas anteriores à CF				1		1
Controle de constitucionalidade		1		1		2
Remédios constitucionais				1		1
Recurso administrativo				1		1
Direito à liberdade de expressão				1		1
Direitos sociais			1			1
Defensoria pública			2	1		3
TOTAL	**0**	**2**	**3**	**7**	**0**	**12**
%	**0,0%**	**16,7%**	**25,0%**	**58,3%**	**0,0%**	**100%**

DPE RN - 2015	LEI	DOUTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Conceito de constituição		1				1
Poder constituinte			1			1
Reserva do possível		1		1		2
Constituição simbólica		1				1
Princípios constitucionalidades				1		1
Direitos fundamentais			1	1		2
Precatórios			1			1
Lei orgânica municipal			1			1
Número de deputados			1			1
Foro por prerrogativa de função				1		1
Súmulas vinculantes				1		1
Ministério público			1			1
Regime constitucional dos gastos públicos			1			1
Jurisdição constitucional				1		1
TOTAL	**0**	**3**	**7**	**6**	**0**	**16**
%	**0,0%**	**18,8%**	**43,8%**	**37,5%**	**0,0%**	**100%**

DPE PE - 2015	LEI	DOUTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Remédios constitucionais	1					1
Direitos sociais				1		1
Servidores públicos				2		2
Comutação da pena			1			1
Conselho Nacional de Justiça				2		2
Competência para homologação de sentença estrangeira			1			1
Defensoria pública			2			2
Direitos sociais			1			1
TOTAL	**1**	**0**	**5**	**5**	**0**	**11**
%	**9,1%**	**0,0%**	**45,5%**	**45,5%**	**0,0%**	**100%**

Vejamos uma análise de cada prova:

5.1.1 – Análise da Prova DPE PE - 2018

1. CESPE - DP PE/DPE PE/2018

Denominam-se princípios constitucionais sensíveis os princípios

a) correlatos à limitação ao poder de tributar.

b) constitucionais passíveis de supressão por emenda constitucional.

c) garantidores de direitos sociais.

d) constitucionais implícitos.

e) constitucionais que, se não observados por determinado estado da Federação, ensejem a decretação de intervenção federal nesse estado.

Comentários

Esta questão é respondida com **A DOUTRINA. Princípios constitucionais sensíveis.**

> ***princípios constitucionais sensíveis***: *terminologia adotada por Pontes de Miranda; encontram-se expressos na Constituição, daí serem também denominados princípios apontados ou enumerados. Nesse sentido, os Estados-Membros, ao elaborar as suas constituições e leis, deverão observar os limites fixados no art. 34, VII, "a-e", da CF/88, sob pena de, declarada a inconstitucionalidade da referida norma e a sua suspensão insuficiente para o restabelecimento da normalidade, ser decretada a intervenção federal no Estado. (Pedro Lenza, 2018).*[i]

Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

(...)

VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:

a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;

b) direitos da pessoa humana;

c) autonomia municipal;

d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta.

e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

2. CESPE - DP PE/DPE PE/2018

Com relação ao conceito, às espécies e às características do poder constituinte decorrente, assinale a opção correta.

a) Trata-se do poder incumbido aos estados membros de auto-organização.

b) Classifica-se como originário se incondicionado ou derivado quando se resume a alterar texto pré-existente.

c) Possui as mesmas limitações materiais que o poder constituinte originário.

d) O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 é manifestação do poder constituinte decorrente.

e) O poder constituinte decorrente reformador manifestasse por intermédio do Congresso Nacional por ocasião das emendas à Constituição Federal de 1988.

Comentários

Esta questão é respondida com **A DOUTRINA. Poder constituinte decorrente.**

De acordo com o art. 25, caput, da CF/88, os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Constituição Federal.

*Esse dispositivo consagra a manifestação do poder constituinte derivado decorrente, que, por sua vez, **assegura aos Estados a sua capacidade de auto-organização**. (Pedro Lenza, 2018)*

3. CESPE - DP PE/DPE PE/2018

A colisão entre dois ou mais direitos fundamentais resolve-se com a aplicação preponderante do princípio

a) da força normativa.

b) da dignidade da pessoa humana.

c) da concordância prática.

d) da eficiência.

e) do efeito integrador.

Comentários

Esta questão é respondida com **A DOUTRINA. Princípio da concordância prática.**

> *P*artindo da ideia de unidade da Constituição, os bens jurídicos constitucionalizados deverão coexistir de forma harmônica na hipótese de eventual conflito ou concorrência entre eles, buscando, assim, evitar o sacrifício (total) de um princípio em relação a outro em choque. O fundamento da ideia de concordância decorre da inexistência de hierarquia entre os princípios. (Pedro Lenza, 2018).*

4. CESPE - DP PE/DPE PE/2018

A respeito de mandado de injunção, é correto afirmar que

a) a decisão no mandado de injunção coletivo, em regra, faz coisa julgada com efeito erga omnes.

b) a insuficiência de uma norma regulamentadora para o pleno exercício de um direito é hipótese de cabimento de mandado de injunção.

c) a impetração de mandado de injunção é cabível para garantir isonomia salarial entre categorias de servidores públicos.

d) os legitimados para a impetração de mandado de injunção coletivo são os mesmos que os da ação direta de inconstitucionalidade.

e) a competência para julgamento de medidas dessa natureza é exclusiva do STF.

Comentários

Anulada.

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Mandado de injunção.**

A Letra preliminarmente correta era a "B", mas a banca considerou que estava incompleta por utilizar o termo "um direito" de maneira ampla e genérica.

Vejamos a lei:

> *Lei 13.300/2016:*
>
> *Art. 2o Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta total ou parcial de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.*

5. CESPE - DP PE/DPE PE/2018

A respeito dos mecanismos de proteção aos direitos humanos previstos na Constituição Federal de 1988 e dos remédios constitucionais, assinale a opção correta.

a) A ação popular é remédio constitucional para assegurar o conhecimento de informações relativas ao impetrante, constantes de registros ou de bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

b) O mandado de segurança coletivo caracteriza-se por ter dois ou mais impetrantes, que sejam pessoas físicas ou jurídicas, no polo ativo.

c) O habeas data visa anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa e ao patrimônio histórico e cultural.

d) Mandado de injunção é o instrumento constitucional a ser utilizado na hipótese de a ausência de norma inviabilizar o exercício de direito ou de liberdade constitucional referente à cidadania ou à soberania.

e) A finalidade do habeas corpus é proteger direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade ou pelo abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.

Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Mandado de injunção.**

> *Art. 5º*
>
> *LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;*
>
> *Lei 13.300/16*
>
> *Art. 2o Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta total ou parcial de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.*

6. CESPE - DP PE/DPE PE/2018

Com relação à perda e à suspensão dos direitos políticos, assinale a opção correta.

a) A recuperação dos direitos políticos é possível na hipótese de suspensão, mas não em caso de perda desses direitos.

b) Tanto na perda quanto na suspensão dos direitos políticos, somente a capacidade eleitoral ativa é atingida.

c) A perda dos direitos políticos corresponde à cassação dos direitos políticos.

d) Condenação criminal transitada em julgado motiva a perda dos direitos políticos.

e) A aquisição voluntária de outra nacionalidade implica perda da nacionalidade brasileira e, consequentemente, dos direitos políticos.

Comentários

Anulada.

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Perda da nacionalidade.**

A banca anulou a questão, que considerou a Letra E como correta, uma vez que a aquisição de outra nacionalidade comporta exeções na perda da nacionalidade brasileira, vejamos:

> *CF/1988 - Art. 12 (...)*
>
> *§ 4º - Será declarada **a perda da nacionalidade** do brasileiro que:*
>
> *I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;*
>
> *II - adquirir outra nacionalidade, **salvo nos casos:***
>
> *a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira;*
>
> *b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis;*

7. CESPE - DP PE/DPE PE/2018

No âmbito do Poder Legislativo Federal, as comissões parlamentares de inquérito

a) podem investigar fatos referentes a questões de interesse de um estado membro, ou seja, sem relevância nacional.

b) podem determinar medida de arresto e sequestro de bens de investigados.

c) têm poderes para determinar medida de busca e apreensão domiciliar e interceptação telefônica.

d) podem determinar que um investigado não se ausente do país.

e) têm poderes para quebrar sigilo de dados telefônicos.

Comentários

Esta questão é respondida com **A DOUTRINA. Comissões parlamentares de inquérito.**

> *O que a CPI pode fazer:*
>
> - *quebrar sigilo bancário, fiscal e de dados (inclusive telefônico, ou seja, extrato de conta e não escuta ou grampo).*[ii]

8. CESPE - DP PE/DPE PE/2018

A Constituição Federal de 1988 elenca como atribuição do presidente da República

a) dispor, por decreto, sobre o funcionamento da administração pública federal, ainda que isso implique aumento de despesa.

b) conceder indulto e comutação de penas.

c) autorizar empréstimos contraídos pela União no exterior.

d) celebrar e referendar acordos internacionais, na condição de chefe de Estado.

e) celebrar a paz, com referendo do Senado Federal.

Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Competências do presidente da república.**

> *Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:*
>
> *XII - **conceder indulto e comutar penas,** com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;*

9. CESPE - DP PE/DPE PE/2018

A Defensoria Pública de determinado estado da Federação encaminhou ao Poder Executivo local proposta de orçamento anual da instituição. Consolidada com cortes de despesas de pessoal e de custeio, a proposta foi inserida no corpo do projeto de lei orçamentária anual do estado, que foi enviado à Assembleia Legislativa para apreciação.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

a) A proposta orçamentária da Defensoria Pública é meramente sugestiva; compete ao Executivo a sua consolidação, adequação e envio ao Poder Legislativo.

b) Os limites da autonomia da Defensoria Pública permitem que o governador decida, unilateralmente, por cortes nas despesas de pessoal previstas na proposta de orçamento anual recebida.

c) O governador poderia propor cortes, unilateralmente, apenas em relação às despesas de custeio.

d) O governador poderia efetuar o corte das despesas indicadas na proposta de orçamento e não previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

e) Na apreciação da proposta de orçamento da Defensoria Pública, a Assembleia Legislativa poderá aprová-la ou rejeitá-la integralmente, não lhe cabendo fazê-lo apenas parcialmente.

Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Defensoria pública. Corte pelo governador das despesas indicadas na proposta de orçamento.**

> *CF/88.*
>
> *Art. 134*
>
> *§ 2º às defensorias públicas estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º.*
>
> *Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.*

> *§ 4º Se as propostas orçamentárias de que trata este artigo forem encaminhadas em desacordo com os limites estipulados na forma do § 1º, o* ***Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.***

Governador do Estado, ao encaminhar para a Assembleia Legislativa o projeto de lei orçamentária, não pode reduzir a proposta orçamentária elaborada pela Defensoria Pública e que estava de acordo com a LDO. Há, neste caso, violação ao § 2º do art. 134 da CF/88. Assim, é inconstitucional a redução unilateral pelo Poder Executivo dos orçamentos propostos pelos outros Poderes e por órgãos constitucionalmente autônomos, como o Ministério Público e a Defensoria Pública, na fase de consolidação do projeto de lei orçamentária anual, quando tenham sido elaborados em obediência às leis de diretrizes orçamentárias e enviados conforme o art. 99, § 2º, da CF/88. (STF. ADI 5287/PB. Informativo 826)

10. CESPE - DP PE/DPE PE/2018

No procedimento da ação direta de inconstitucionalidade, é cabível

a) o objeto da ação ser um ato administrativo de efeito concreto emanado da Presidência da República.

b) o parâmetro da ação constituir-se do preâmbulo da Constituição Federal de 1988.

c) a oposição de embargos de declaração, com o objetivo de obter a modulação dos efeitos da decisão.

d) a ação rescisória, por se tratar de controle difuso.

e) o objeto da ação ser um enunciado de súmula do STJ.

Comentários

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Ação direta de inconstitucionalidade.**

"É cabível a oposição de **embargos de declaração para fins de modulação dos efeitos de decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade**, ficando seu acolhimento condicionado, entretanto, à existência de pedido formulado nesse sentido na petição inicial." (ADI 2791, 22.4.2009)

11. CESPE - DP PE/DPE PE/2018

A respeito do procedimento da arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), assinale a opção correta.

a) A concessão de medida liminar em sede de ADPF será limitada à suspensão dos feitos e julgamentos que versem sobre a mesma matéria.

b) A decisão final em sede de ADPF terá, em regra, efeito ex nunc, salvo decisão de dois terços do plenário do STF para a modulação dos efeitos.

c) O ajuizamento da ADPF deve atender à subsidiariedade, sendo proposta quando inexistir outro meio idôneo para instrumentalização da pretensão de sanar lesão a preceito fundamental.

d) O objeto da ADPF restringe-se às leis federais e estaduais.

e) O objeto da ADPF deve restringir-se à legislação posterior à promulgação da Constituição Federal de 1988.

Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.**

> *Lei nº 9.882/99:*
>
> *Art. 4o (...)*
>
> *§ 1o Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.*

5.1.2 – Análise da Prova DPU - 2017

12. CESPE - Def PF/DPU/2017

A respeito da evolução histórica do constitucionalismo no Brasil, das concepções e teorias sobre a Constituição e do sistema constitucional brasileiro, julgue o item a seguir. Somente após o advento da República a Constituição brasileira passou a prever um sistema de garantia de direitos individuais e coletivos.

Comentários

Gabarito, Errado.

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Direitos e garantias individuais e coletivos.**

A questão está errada, visto que a Constituição imperial de 1824 no seu artigo 179, já elencava um rol de direitos e garantias individuais e coletivos, vejamos:

> ***CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824)***[iii]
>
> *Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brazileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte.*
>
> *I. Nenhum Cidadão póde ser obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma cousa, senão em virtude da Lei.*

II. Nenhuma Lei será estabelecida sem utilidade publica.

III. A sua disposição não terá effeito retroactivo.

IV. Todos podem communicar os seus pensamentos, por palavras, escriptos, e publical-os pela Imprensa, sem dependencia de censura; com tanto que hajam de responder pelos abusos, que commetterem no exercicio deste Direito, nos casos, e pela fórma, que a Lei determinar.

V. Ninguem póde ser perseguido por motivo de Religião, uma vez que respeite a do Estado, e não offenda a Moral Publica.

VI. Qualquer póde conservar-se, ou sahir do Imperio, como Ihe convenha, levando comsigo os seus bens, guardados os Regulamentos policiaes, e salvo o prejuizo de terceiro.

VII. Todo o Cidadão tem em sua casa um asylo inviolavel. De noite não se poderá entrar nella, senão por seu consentimento, ou para o defender de incendio, ou inundação; e de dia só será franqueada a sua entrada nos casos, e pela maneira, que a Lei determinar.

VIII. Ninguem poderá ser preso sem culpa formada, excepto nos casos declarados na Lei; e nestes dentro de vinte e quatro horas contadas da entrada na prisão, sendo em Cidades, Villas, ou outras Povoações proximas aos logares da residencia do Juiz; e nos logares remotos dentro de um prazo razoavel, que a Lei marcará, attenta a extensão do territorio, o Juiz por uma Nota, por elle assignada, fará constar ao Réo o motivo da prisão, os nomes do seu accusador, e os das testermunhas, havendo-as.

(...)

13. CESPE - Def PF/DPU/2017

A respeito da evolução histórica do constitucionalismo no Brasil, das concepções e teorias sobre a Constituição e do sistema constitucional brasileiro, julgue o item a seguir.

A CF goza de supremacia tanto do ponto de vista material quanto do formal.

Comentários

Gabarito, Certo.

Esta questão é respondida com **A DOUTRINA. Supremacia da Constituição.**

*Portanto, das limitações (explícitas e implícitas) ao poder de reforma **surge a rigidez constitucional; com a rigidez,** enseja-se a **supremacia formal da Constituição sobre as demais leis**; como consequência, a supremacia da Carta gera a possibilidade de um sistema de controle de constitucionalidade. Eis aí o axioma central de toda a teoria geral do Direito Constitucional no Brasil. (Silvio Motta, 2018)*[iv]

A tendência ampliativa parece-nos tímida na jurisprudência brasileira, que adotou, do ponto de vista jurídico, a ideia de supremacia formal, apoiada no conceito de rigidez constitucional e na consequente obediência aos princípios e preceitos decorrentes da Constituição. (Pedro Lenza, 2018)

14. CESPE - Def PF/DPU/2017

A respeito da evolução histórica do constitucionalismo no Brasil, das concepções e teorias sobre a Constituição e do sistema constitucional brasileiro, julgue o item a seguir.

O poder constituinte originário e o poder constituinte derivado se submetem ao mesmo sistema de limitações jurídicas e políticas, embora os efeitos dessas limitações ocorram em momentos distintos.

Comentários

Gabarito, Errado.

Esta questão é respondida com **A DOUTRINA. Poder constituinte originário.**

> *O poder constituinte originário (também denominado inicial, inaugural, genuíno ou de 1.º grau) é aquele que instaura uma nova ordem jurídica, **rompendo por completo com a ordem jurídica precedente.***
>
> *O objetivo fundamental do poder constituinte originário, portanto, é criar um novo Estado, diverso do que vigorava em decorrência da manifestação do poder constituinte precedente.*
>
> *O poder constituinte originário é inicial, autônomo, **ilimitado juridicamente**, **incondicionado**, soberano na tomada de suas decisões, um poder de fato e político, permanente. (Pedro Lenza, 2018).*

15. CESPE - Def PF/DPU/2017

A respeito da teoria e do regime jurídico dos direitos fundamentais, julgue o item que se segue à luz das disposições da CF.

Sob o aspecto da legitimidade ativa, por meio de habeas data é possível obter informações relativas a qualquer pessoa, desde que as informações sejam classificadas como públicas.

Certo Errado

Comentários

Gabarito, Errado.

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Habeas Data.**

> *Art. 5º*
>
> *LXXII - conceder-se-á habeas data:*
>
> *a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;*
>
> *b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;*
>
> *Lei 9.507/1997*
>
> *Art. 7° Conceder-se-á habeas data:*
>
> *I - para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público;*
>
> *II - para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;*

> *III - para a anotação nos assentamentos do interessado, de contestação ou explicação sobre dado verdadeiro mas justificável e que esteja sob pendência judicial ou amigável.*

16. CESPE - Def PF/DPU/2017

A respeito de nacionalidade, julgue o item a seguir.

Situação hipotética: Laura, filha de mãe brasileira e pai argentino, nasceu no estrangeiro e, depois de ter atingido a maioridade, veio residir no Brasil, tendo optado pela nacionalidade brasileira.

Assertiva: Nessa situação, a homologação da opção pela nacionalidade brasileira terá efeitos ex tunc e Laura será considerada brasileira desde o seu nascimento.

Certo.Errado

Comentários

Gabarito, Certo.

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Nacionalidade.**

> "Deve ser homologado o pedido de Opção de Nacionalidade Brasileira quando preenchidos os requisitos legais previstos no art. 12, inciso I, alínea 'c', da Constituição Federal, ou seja, caberá ao autor comprovar ter mãe ou pai brasileiro e que tenha vindo a residir em território nacional. No caso dos autos, o autor comprovou que seu pai era brasileiro mediante a juntada da sentença que homologou a opção de nacionalidade do pai. **A sentença que homologa a opção pela nacionalidade brasileira produz efeitos ex tunc**. Precedentes (RE 909.499, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 30/05/2016).

17. CESPE - Def PF/DPU/2017

A respeito de nacionalidade, julgue o item a seguir.

Brasileiro nato que, tendo perdido a nacionalidade brasileira em razão da aquisição de outra nacionalidade, readquiri-la mediante o atendimento dos requisitos necessários terá o status de brasileiro naturalizado.

Certo Errado

Comentários

Gabarito, Errado.

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA Nacionalidade.**

> EXTRADIÇÃO. HAVENDO O EXTRADITANDO COMPROVADO A REAQUISIÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA, INDEFERE-SE O PEDIDO DE EXTRADIÇÃO. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 153, PARÁGRAFO 19, PARTE FINAL. NÃO CABE

INVOCAR, NA ESPÉCIE, O ART. 77, I, DA LEI N. 6.815/1980. ESSA REGRA DIRIGE-SE, IMEDIATAMENTE, A FORMA DE AQUISIÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA, POR VIA DE NATURALIZAÇÃO. NA ESPÉCIE, O EXTRADITANDO E BRASILEIRO NATO (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 145, I, LETRA 'A'). **A REAQUISIÇÃO DA NACIONALIDADE, POR BRASILEIRO NATO, IMPLICA MANTER ESSE STATUS E NÃO O DE NATURALIZADO.** INDEFERIDO O PEDIDO DE EXTRADIÇÃO, DESDE LOGO, DIANTE DA PROVA DA NACIONALIDADE BRASILEIRA, DETERMINA-SE SEJA O EXTRADITANDO POSTO EM LIBERDADE, SE AL NÃO HOUVER DE PERMANECER PRESO. (STF - Ext: 441 EU, Relator: Min. NÉRI DA SILVEIRA, Data de Julgamento: 18/06/1986, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 10-06-1988 PP-14400 EMENT VOL-01505-01 PP-00018) (disponível em: https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14679844/extradicao-ext-441-eu, acessado dia 10/10/2017 ás 01h20).

18. CESPE - Def PF/DPU/2017

A respeito da teoria e do regime jurídico dos direitos fundamentais, julgue o item que se segue à luz das disposições da CF.

Legislação infraconstitucional pode condicionar o exercício de direitos políticos à idade.

Certo.Errado

Comentários

Gabarito, Certo.

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Direitos políticos.**

Código Eleitoral Lei 4.737/1965

Art. 6º O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de um e outro sexo, salvo:

I - quanto ao alistamento:

a) os inválidos;

*b) **os maiores de setenta anos;***

c) os que se encontrem fora do país.

Este artigo apenas repete o que estabelece a CF/1988, vejamos:

Art. 14

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

> *b) **os maiores de setenta anos;***
>
> *c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.*

19. CESPE - Def PF/DPU/2017

A respeito da organização do Estado e do Poder Judiciário, julgue o item subsequente com base no texto constitucional.

Os estados e os municípios podem legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente.

Certo.Errado

Comentários

Gabarito, Certo.

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Responsabilidade por dano ao meio ambiente.**

> *Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*
>
> *VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;*
>
> *Art. 30. Compete aos Municípios:*
>
> *I - legislar sobre assuntos de interesse local;*
>
> *II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;*

"O Município é competente para legislar sobre meio ambiente com União e Estado, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI, c/c 30, I e II, da CRFB)". (STF RE 586.224, rel. min. Luiz Fux, j. 5/3/2015, Plenário).

20. CESPE - Def PF/DPU/2017

A respeito da teoria e do regime jurídico dos direitos fundamentais, julgue o item que se segue à luz das disposições da CF.

Os direitos fundamentais individuais incluem o direito à intimidade, o direito ao devido processo legal e o direito de greve.

Certo.Errado

Comentários

Gabarito, Errado.

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Direitos sociais e coletivos.**

O direito de greve é considerado um direito social coletivo, não um direito individual, vejamos o artigo:

> *CF/1988 - Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.*

21. CESPE - Def PF/DPU/2017

A respeito da organização do Estado e do Poder Judiciário, julgue o item subsequente com base no texto constitucional.

Compete exclusivamente ao STF o julgamento de habeas corpus impetrado por ministro de Estado.

Certo.Errado

Comentários

Gabarito, Errado.

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Habeas corpus.**

> *Art. 105. Compete ao **Superior Tribunal de Justiça:***
>
> *I - processar e julgar, **originariamente**:*
>
> *c) os **habeas corpus,** quando o coator ou paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea "a", ou quando o coator for tribunal sujeito à sua jurisdição, **Ministro de Estado** ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;*

22. CESPE - Def PF/DPU/2017

A respeito da organização do Estado e do Poder Judiciário, julgue o item subsequente com base no texto constitucional.

No que se refere à defesa dos interesses dos necessitados, cabe à DP a defesa de direitos individuais e coletivos, mesmo no âmbito da esfera extrajudicial.

Certo.Errado

Comentários

Gabarito, Certo.

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Defensoria pública. Defesa dos interesses dos necessitados.**

> *Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e **extrajudicial**, **dos direitos individuais e coletivos**, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.*

23. CESPE - Def PF/DPU/2017

Lúcio foi internado em um hospital da rede privada para submeter-se a tratamento médico eletivo a ser realizado pelo SUS. Na unidade hospitalar onde ele foi internado, os quartos individuais superiores são reservados a pacientes particulares, e àqueles que desfrutam do atendimento gratuito são disponibilizados quartos coletivos de nível básico.

Com o intuito de utilizar um quarto individual, por ser mais confortável, Lúcio se prontificou a pagar o valor da diferença entre as modalidades dos quartos, o que foi recusado pelo hospital, que informou ser vedado o uso das acomodações superiores por pacientes atendidos pelo SUS, mesmo mediante pagamento complementar.

Considerando essa situação hipotética, julgue o seguinte item com base na posição majoritária e atual do STF.

É vedado às instituições privadas com fins lucrativos participarem do SUS, as quais não podem, ainda, oferecer quartos com custos diferentes para pacientes sujeitos ao mesmo procedimento médico.

Certo Errado

Comentários

Gabarito, Errado.

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Sistema único de saúde.**

> *Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.*
>
> *§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.*

24. CESPE - Def PF/DPU/2017

Lúcio foi internado em um hospital da rede privada para submeter-se a tratamento médico eletivo a ser realizado pelo SUS. Na unidade hospitalar onde ele foi internado, os quartos individuais superiores são reservados a pacientes particulares, e àqueles que desfrutam do atendimento gratuito são disponibilizados quartos coletivos de nível básico.

Com o intuito de utilizar um quarto individual, por ser mais confortável, Lúcio se prontificou a pagar o valor da diferença entre as modalidades dos quartos, o que foi recusado pelo hospital, que informou ser vedado o uso das acomodações superiores por pacientes atendidos pelo SUS, mesmo mediante pagamento complementar.

Considerando essa situação hipotética, julgue o seguinte item com base na posição majoritária e atual do STF.

A vedação à internação de Lúcio em acomodações superiores mediante o pagamento da diferença é constitucional: o atendimento pelo SUS é orientado, entre outros critérios, pela isonomia.

Certo Errado

Comentários

Gabarito, Certo.

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Sistema único de saúde.**

> **"É constitucional a regra que veda, no âmbito do SUS, a internação em acomodações superiores, bem como o atendimento diferenciado por médico do próprio SUS ou por médico conveniado, mediante o pagamento da diferença dos valores correspondentes.** (...) A diferença de classes, o atendimento por médico privado e a dispensa da triagem prévia ao internamento não se enquadram nessas exceções. Permiti-los seria aceitar a instituição de privilégios odiosos desprovidos de respaldo constitucional. Esforços no sentido da promoção da universalidade e da igualdade do sistema de acesso são bem-vindos. Esforços em sentido oposto, como os que aqui se pretende implementar pelo recorrente, são intoleráveis à luz da Constituição da República." (RE 581.488, rel. Min. Dias Toffoli, julg. 3/12/2015).

25. CESPE - Def PF/DPU/2017

A respeito da evolução histórica do constitucionalismo no Brasil, das concepções e teorias sobre a Constituição e do sistema constitucional brasileiro, julgue o item a seguir.

Em relação ao exercício do controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário, o rol de órgãos competentes para o exercício do controle abstrato é mais restrito que o de órgãos aptos ao exercício do controle difuso.

Certo Errado

Comentários

Gabarito, Certo.

Esta questão é respondida com **A DOUTRINA. Controle de constitucionalidade.**

> *O sistema difuso de controle significa a possibilidade de qualquer juiz ou tribunal, observadas as regras de competência, realizar o controle de constitucionalidade.*
>
> *Por seu turno, no sistema concentrado, como o nome já diz, o controle se "concentra" em um ou mais de um (porém em número limitado) órgão. Trata-se de competência originária do referido órgão. (Pedro Lenza, 2018).*

5.1.3 – Análise da Prova DPE AL - 2017

26. CESPE - DP AL/DPE AL/2017

Acerca do movimento da constitucionalização do direito, julgue os itens a seguir.

I Uma das consequências da constitucionalização do direito é a chamada eficácia horizontal dos direitos fundamentais.

II No contexto do Estado constitucional, são legítimos a atuação discricionária do juiz e o controle judicial dos critérios de oportunidade e conveniência do gestor público.

III O aumento da importância das Constituições democráticas, com a irradiação de suas normas para todo o ordenamento jurídico, ampliou a liberdade de conformação do legislador.

IV A constitucionalização do direito engloba a constitucionalização - inclusão e a constitucionalização-releitura.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) I e IV.

d) II e III.

e) III e IV.

Comentários

Esta questão é respondida com **A DOUTRINA. Eficácia dos direitos fundamentais e constitucionalização do Direito.**

> *O aspecto objetivo dos direitos fundamentais comunica-lhes, também, uma eficácia irradiante, o que os converte em diretriz para a interpretação e aplicação das normas dos demais ramos do Direito. A dimensão objetiva enseja, ainda, a discussão sobre a eficácia horizontal dos direitos fundamentais – a eficácia desses direitos na esfera privada, no âmbito das relações entre particulares*
>
> *Tudo isso contribuiu para que se assentasse a doutrina de que também as pessoas privadas podem estar submetidas aos direitos fundamentais. A incidência das normas de direitos fundamentais no âmbito das relações privadas passou a ser conhecida, sobretudo a partir dos anos cinquenta, como o efeito externo, ou a eficácia horizontal, dos direitos fundamentais (a drittwirkung do Direito alemão) 418. Desse efeito vêm-se extraindo desdobramentos práticos não negligenciáveis, que traçam novas perspectivas para o enfrentamento de questões quotidianas.*
>
> *O tema da eficácia horizontal dos direitos fundamentais veio a empolgar estudos e decisões judiciais em todos os países em que o nosso modelo constitucional se abebera, valendo notar que a Constituição portuguesa, por exemplo, chega a proclamar que os direitos fundamentais vinculam também as entidades privadas. Se se admite, em tantos lugares, a incidência dos direitos fundamentais nas relações entre particulares, os termos como isso se dá e os limites para essa ocorrência ainda desafiam os que se detêm nesse tópico da teoria dos direitos fundamentais. (Gilmar Ferreira Mendes, 2017)[V]* **ITEM I**

> *Constituição transforma-se no filtro através do qual se deve ler todo o direito infraconstitucional. Esse fenômeno tem sido designado como constitucionalização do Direito, uma verdadeira mudança de paradigma que deu novo sentido e alcance a ramos tradicionais e autônomos do Direito, como o civil, o administrativo, o penal e o processual (v. infra). (Luis Roberto Barroso, 2016)*[vi] ***ITEM IV***

27. CESPE - DP AL/DPE AL/2017

A relação entre a Constituição e as normas jurídicas (constitucionais ou infraconstitucionais) anteriores não pode ser reduzida a um único fenômeno, além de implicar diferenciados efeitos. Há de se levar em conta o fato de se tratar tanto de uma nova ordem constitucional quanto de uma reforma constitucional que venha a se manifestar em relação ao direito constitucional originário ou mesmo em relação à legislação infraconstitucional.

Ingo Sarlet, et al. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 187 (com adaptações).

Entre as situações que podem ocorrer no contexto descrito pelo texto, o Supremo Tribunal Federal (STF) admite a

a) recepção de lei anterior, desde que materialmente compatível com a nova Constituição.

b) constitucionalidade superveniente de lei ordinária originalmente inconstitucional, por meio de emenda constitucional posterior.

c) manutenção de status constitucional de norma constitucional anterior, ainda que a nova Constituição seja omissa sobre o assunto.

d) inconstitucionalidade superveniente de lei anterior em relação a Constituição posterior, para fins de ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade.

e) desconstitucionalização de norma constitucional anterior, ainda que não haja previsão expressa sobre o assunto na nova Constituição.

Comentários

Esta questão é respondida com **A DOUTRINA. Recepção de lei anterior à Constituição Federal.**

> *O que acontecerá com as normas infraconstitucionais elaboradas antes do advento da nova constituição?*
>
> *Todas as normas que forem incompatíveis com a nova Constituição serão revogadas, por ausência de recepção. Vale dizer, a contrario sensu, a norma infraconstitucional (pré-constitucional), que não contrariar a nova ordem, será recepcionada, podendo, inclusive, adquirir uma outra "roupagem". Como exemplo lembramos o CTN (Código Tributário Nacional — Lei n. 5.172/66), que, embora tenha sido elaborado com natureza jurídica de lei ordinária, foi recepcionado pela nova ordem como lei complementar, sendo que os ditames que tratam das matérias previstas no art. 146, I, II e III, da CF só poderão ser alterados por lei complementar, aprovada com o quórum da maioria absoluta (art. 69). (Pedro Lenza, 2018)*

28. CESPE - DP AL/DPE AL/2017

Com o intuito de exercer o controle popular das contas públicas, determinado cidadão solicitou, com base no seu direito constitucional à informação, cópias de documentos relacionados à execução de convênio celebrado entre determinado estado e uma associação, referente à capacitação dos professores da rede estadual de ensino. Ao analisar o requerimento, o secretário de Educação indeferiu o pedido, alegando que as informações requeridas eram sigilosas.

Com base nessa situação hipotética e nas normas constitucionais, o indeferimento do pedido

a) poderá ser questionado por meio da ação constitucional de habeas data.

b) foi correto, pois o direito à petição aos poderes públicos não abrange a defesa de informações de interesse público.

c) poderá ser questionado por meio de mandado de segurança, pois configura ato estatal ilegal violador de direito líquido e certo.

d) baseou-se em motivo impertinente, uma vez que a Constituição não admite a atribuição de sigilo a documentos públicos.

e) não violou o princípio da publicidade, pois as informações requeridas só poderiam ser divulgadas após a aprovação das contas do convênio.

Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Mandado de segurança.**

> *Art. 5º*
>
> *XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;*
>
> *LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;*

29. CESPE - DP AL/DPE AL/2017

Considerando -se as normas constitucionais e a jurisprudência do STF, compete

a) aos municípios legislar sobre o horário de funcionamento de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas.

b) ao Distrito Federal organizar e manter a polícia civil distrital.

c) aos estados legislar sobre normas de processo e julgamento dos crimes de responsabilidade praticados por governadores.

d) privativamente aos estados membros promover políticas públicas voltadas à saúde e à assistência pública das pessoas com deficiência.

e) ao Distrito Federal legislar de forma concorrente sobre sistemas de sorteios, como bingos e loterias.

Comentários

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Súmulas vinculantes.**

Súmula Vinculante n° 38: É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

30. CESPE - DP AL/DPE AL/2017

Julgue os itens a seguir, com base na jurisprudência do STF.

I Independentemente da natureza do cargo, é inconstitucional a exigência de idade mínima nos concursos públicos na administração pública direta e indireta.

II Para que sejam cumpridos, os mandatos constitucionais de criminalização previstos no art. 5.º da CF impõem ao legislador o dever de observar o princípio da proporcionalidade, como proibição de excesso e proibição de proteção insuficiente.

III O direito à liberdade de expressão abrange o denominado discurso de ódio.

IV É possível utilizar, em processo administrativo disciplinar, provas emprestadas, incluindo-se interceptações telefônicas autorizadas judicialmente para fins de investigação criminal, desde que respeitados a ampla defesa e o contraditório.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) I e IV.

d) II e III.

e) II e IV.

Comentários

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Princípios e processo administrativo disciplinar.**

ITEM II:
HABEAS CORPUS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DESMUNICIADA. (A)TIPICIDADE DA CONDUTA. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS PENAIS. MANDATOS CONSTITUCIONAIS DE CRIMINALIZAÇÃO E MODELO EXIGENTE DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS EM MATÉRIA

PENAL. CRIMES DE PERIGO ABSTRATO EM FACE DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. LEGITIMIDADE DA CRIMINALIZAÇÃO DO PORTE DE ARMA DESMUNICIADA. ORDEM DENEGADA. 1. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS PENAIS. 1.1. Mandatos Constitucionais de Criminalização: **A Constituição de 1988 contém um significativo elenco de normas que, em princípio, não outorgam direitos, mas que, antes, determinam a criminalização de condutas (CF, art. 5º, XLI, XLII, XLIII, XLIV; art. 7º, X; art. 227, § 4º).** Em todas essas normas é possível identificar um mandato de criminalização expresso, tendo em vista os bens e valores envolvidos. Os direitos fundamentais não podem ser considerados apenas como proibições de intervenção (Eingriffsverbote), expressando também um postulado de proteção (Schutzgebote). Pode-se dizer que os direitos fundamentais expressam não apenas uma proibição do excesso (Übermassverbote), como também podem ser traduzidos como proibições de proteção insuficiente ou imperativos de tutela (Untermassverbote). **Os mandatos constitucionais de criminalização, portanto, impõem ao legislador, para o seu devido cumprimento, o dever de observância do princípio da proporcionalidade como proibição de excesso e como proibição de proteção insuficiente.** (HC 104410, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 06/03/2012)

ITEM IV:
Súmula nº 591/STJ: É permitida a prova emprestada no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.

31. CESPE - DP AL/DPE AL/2017

O instituto da medida provisória pode ser utilizado pelo presidente da República para

a) criar novas condições de inelegibilidade, a fim de proteger a probidade administrativa.

b) abrir crédito extraordinário para atender a despesa imprevisível e urgente, como as decorrentes de calamidade pública.

c) regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.

d) estabelecer normas gerais de organização das Defensorias Públicas estaduais.

e) aumentar a pena de determinado tipo penal.

Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Medidas provisórias.**

CF, art. 62.

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I – relativa a:

> *d) **planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;***
>
> *Art. 167. São vedados:*
>
> *§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.*

32. CESPE - DP AL/DPE AL/2017

Em relação à instituição, a Lei Maior assegurou uma série de garantias e prerrogativas (...), de modo a evitar pressões e interferências de ordem externa. No tocante aos seus membros, assegurou a liberdade para o exercício de suas funções, impedindo uma subordinação que não seja à Constituição, às leis ou à sua própria consciência.

Marcelo Novelino. Direito Constitucional. 6.ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012, p. 974-5 (com adaptações).

O princípio institucional referido no texto, aplicável ao Ministério Público e às Defensorias Públicas, é o princípio da

a) independência funcional.

b) autonomia administrativa.

c) unidade.

d) indivisibilidade.

e) subordinação legal.

Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Defensoria pública. Independência funcional.**

> *CF, art. 134. (...)*
>
> *§ 4º São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a **independência funcional**, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal.*

33. CESPE - DP AL/DPE AL/2017

Devido à ocorrência de calamidade natural de grandes proporções em determinado município, o presidente da República, após consultar exclusivamente o Conselho da República e o Conselho Nacional, decretou o estado de defesa naquela localidade.

Com base nessa situação hipotética e considerando as normas previstas na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta.

a) As medidas coercitivas previstas na CF para aplicação em casos como esse incluem a ocupação e o uso temporário de bens e serviços.

b) O tempo de duração do estado de defesa não poderá ser superior a noventa dias, sendo vedada a sua prorrogação.

c) Se houver fatos que comprovem a ineficácia das medidas tomadas durante o estado de defesa, este será automaticamente convertido em estado de sítio.

d) Durante o estado de defesa, o controle das prisões será político, exercido pelo Congresso Nacional, e judicial, exercido pelo STF.

e) O decreto presidencial é inconstitucional, uma vez que não houve autorização prévia do Congresso Nacional.

Comentários

Anulada. Gabarito preliminar, A.

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Estado de defesa.**

Justificativa de anulação do Cespe/UnbA: utilização da expressão "Conselho Nacional" em vez da expressão "Conselho de Defesa Nacional" na situação hipotética e a utilização da expressão "bens e serviços" em vez da expressão "bens e serviços públicos" na redação da opção apontada preliminarmente como gabarito prejudicaram o julgamento objetivo da questão.

CF/1988 - Art. 136.

§ 1º O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes:

I - restrições aos direitos de:

a) reunião, ainda que exercida no seio das associações;

b) sigilo de correspondência;

c) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica;

*II - **ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.***

34. CESPE - DP AL/DPE AL/2017

Caracterizará exercício do controle abstrato de constitucionalidade

a) decisão do STF que julgue procedente mandado de injunção no caso de omissão legislativa que torne inviável o exercício do direito de greve.

b) incidente de inconstitucionalidade julgado pelo órgão especial dos tribunais de justiça mediante a observância da cláusula de reserva de plenário.

c) a suspensão, pelo Senado Federal, da execução de lei declarada inconstitucional pelo STF.

d) a concessão de medida liminar pelo STF, no âmbito de arguição de descumprimento de preceito fundamental, para suspender os efeitos de lei federal já revogada, em razão da verificação de lesão a preceito fundamental.

e) a apreciação da constitucionalidade das leis e atos normativos do poder público pelos tribunais de contas, desde que no exercício de suas atribuições

Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.**

> *Lei 9.882/99, Art. 5o O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental.*

35. CESPE - DP AL/DPE AL/2017

Após o devido processo legislativo, o prefeito de um município promulgou lei reduzindo direitos fundamentais trabalhistas, com o objetivo de aumentar o número de empregos na localidade.

Considerando-se essa situação hipotética e tomando-se como parâmetro do controle de constitucionalidade a Constituição Federal de 1988, é possível questionar a referida lei municipal por meio de

a) ação declaratória de constitucionalidade ajuizada no tribunal de justiça, desde que haja previsão na constituição estadual.

b) arguição de descumprimento de preceito fundamental ajuizada no STF.

c) ação direta de inconstitucionalidade ajuizada no STF.

d) mandado de segurança impetrado no juízo de primeira instância.

e) ação direta de inconstitucionalidade ajuizada no tribunal de justiça respectivo, independentemente de a matéria ser de reprodução obrigatória na constituição estadual.

Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.**

> *Lei 9.882/1999: Art. 1o A arguição prevista no § 1o do art. 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público.*
>
> *Parágrafo único. Caberá também arguição de descumprimento de preceito fundamental:*
>
> *I - **quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição;***

5.1.4 – Análise da Prova DPE AC - 2017

36. CESPE - DP AC/DPE AC/2017

A mutação constitucional

a) é fenômeno reconhecido apenas pela doutrina, uma vez que o STF evita aplicála.

b) ocorre em razão da natureza monossêmica do texto constitucional.

c) acarreta a alteração da configuração verbal do texto constitucional.

d) decorre da técnica de declaração de nulidade de dispositivos legais pelo controle concentrado.

e) é justificada pelas modificações na realidade fática e na percepção do direito.

Comentários

Esta questão é respondida com **A DOUTRINA: Mutação constitucional.**

> *Barroso, por sua vez, afirma que "... a mutação constitucional consiste em uma alteração do significado de determinada norma da Constituição, sem observância do mecanismo constitucionalmente previsto para as emendas e, além disso, sem que tenha havido qualquer modificação de seu texto. Esse novo sentido ou alcance do mandamento constitucional pode decorrer de* ***uma mudança na realidade fática ou de uma nova percepção do Direito,*** *uma releitura do que deve ser considerado ético ou justo. Para que seja legítima, a mutação precisa ter lastro democrático, isto é, deve corresponder a uma demanda social efetiva por parte da coletividade, estando respaldada, portanto, pela soberania popular" (Pedro Lenza, 2018)*

37. CESPE - DP AC/DPE AC/2017

Assinale a opção que, segundo o entendimento do STF, representa respeito à independência dos Três Poderes.

a) Proibição, por lei municipal, de cobrança de tarifa de assinatura básica no que concerne aos serviços de água e gás.

b) Decisão judicial que se imiscui nos critérios utilizados na convocação de sessão extraordinária em câmara de vereadores.

c) Criação, por constituição estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros poderes ou entidades.

d) Imposição pelo Poder Judiciário à administração pública de obrigação de fazer, visando à execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais.

e) Criação de lei estadual que confere à Assembleia Legislativa a atribuição de demitir dirigentes de agência reguladora.

Comentários

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Obrigação de fazer para promoção de obras em estabelecimentos prisionais.**

"**É lícito ao Judiciário impor à Administração Pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais** para dar efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana e assegurar aos detentos o respeito à sua integridade física e moral, nos termos do que preceitua o artigo 5º (inciso XLIX) da Constituição Federal, não sendo oponível à decisão o argumento da reserva do possível nem o princípio da separação dos Poderes." (RE 592581, Relator Min. Ricardo Lewandowski, em 29-01-2016)

38. CESPE - DP AC/DPE AC/2017

É concorrente da União e do estado do Acre a competência para legislar sobre

a) propaganda comercial local.

b) desapropriação de área compreendida no território estadual.

c) organização da DP do estado.

d) trânsito e transporte, nos limites do estado.

e) serviço postal estadual.

Comentários

Anulada. Gabarito preliminar, C.

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Competência concorrente para legislar.**

A banca considerou errada a utilização do termo "organização", uma vez que é um conceito muito amplo e genérico.

39. CESPE - DP AC/DPE AC/2017

À luz da CF, do entendimento consolidado pelo STF e pela doutrina pertinente, a intervenção federal será decretada quando

a) houver ameaça de perturbação da ordem pública.

b) o estado membro, em qualquer hipótese, desrespeitar lei federal.

c) o estado membro, ainda que não intencionalmente, deixar de pagar precatórios expedidos contra a fazenda pública.

d) o estado membro, sem motivo de força maior, deixar de pagar sua dívida fundada por mais de dois anos consecutivos.

e) ocorrer invasão estrangeira, desde que o estado membro

invadido tenho sido conivente com o ato.

Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Intervenção federal.**

> *Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:*
>
> *(...)*
>
> *V - reorganizar as finanças da unidade da Federação que:*
>
> *a)* ***suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;***

40. CESPE - DP AC/DPE AC/2017

Com base nas disposições constitucionais e na jurisprudência do STF, julgue os itens a seguir, a respeito de concursos públicos.

I Existindo previsão em edital, as provas de títulos poderão ter natureza eliminatória ou classificatória.

II Candidato condenado em ação penal, ainda que não transitada em julgado, poderá ser excluído do certame na fase de investigação social.

III O exame psicotécnico deverá ser previsto em lei e basear-se em critérios objetivos de reconhecido caráter científico.

IV Editais de concurso público não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo em razão de conteúdo que afronte valores constitucionais.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) II e IV.

e) III e IV.

Comentários

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Concursos públicos.**

> **Súmula Vinculante 44:** Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público. ***ITEM III.***
>
> **RE 898450, julgado em 17/08/2016 – STF:**
> Os requisitos do edital para o ingresso em cargo, emprego ou função pública devem ter por fundamento lei em sentido formal e material.
> 2. Editais de concurso público **não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo situações excepcionais em razão de conteúdo que viole valores constitucionais. ITEM IV.**

41. CESPE - DP AC/DPE AC/2017

O Conselho de Defesa Nacional

a) tem como atribuição opinar sobre questões relevantes quanto à estabilidade das instituições democráticas.

b) é composto, entre outros membros, pelos líderes da maioria e da minoria no Senado Federal.

c) é composto, entre outros membros, pelos líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados.

d) é órgão superior de consulta do presidente da República e do Ministério da Defesa.

e) é órgão de consulta para assuntos relacionados à soberania nacional.

Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Conselho de defesa nacional.**

> *CF, Art. 91. O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e dele participam como membros natos:*

42. CESPE - DP AC/DPE AC/2017

Com base na CF, na Constituição Estadual do Acre e na jurisprudência do STF sobre a DP, julgue os itens a seguir.

I As DP estaduais têm a prerrogativa de formular sua própria proposta orçamentária.

II Em razão da incompatibilidade do exercício do cargo de DP com a prática da advocacia privada, não se exige do candidato à inscrição na OAB.

III A DP tem legitimidade para ajuizar ação civil pública que vise à proteção de direitos difusos e coletivos de pessoas necessitadas.

IV Dado o caráter essencial das funções exercidas pela DP, é possível, em situação excepcional, a contratação temporária de advogado para exercer atribuições de DP.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) II e IV.

e) III e IV.

Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Defensoria pública. Características.**

> ***ITEM I -*** *Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)*
>
> *§ **2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º**. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)*
>
> *Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.*
>
> *§ 1º Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.*
>
> *§ 2º O encaminhamento da proposta, ouvidos os outros tribunais interessados, compete:*
>
> *I - no âmbito da União, aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais;*
>
> *II - no âmbito dos Estados e no do Distrito Federal e Territórios, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais.*
>
> ***ITEM III -*** *Lei nº 7.347/85, art. 5o Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:*
>
> *II - a Defensoria Pública;*

43. CESPE - DP AC/DPE AC/2017

Em matéria tributária, é facultado à lei ordinária

a) alterar a base de cálculo de tributos.

b) majorar a alíquota de impostos, desde que observados os limites legais.

c) definir tratamento favorecido para as microempresas.

d) instituir empréstimos compulsórios, desde que observados os requisitos constitucionais.

e) dispor sobre conflito de competência entre os entes tributantes.

Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Lei ordinária.**

A constituição federal deve ser expressa quando tratar do tema das leis ordinárias, por exemplo, a majoração de alíquota dos impostos pode ser feita através de lei ordinária, uma vez que a CF não exige que seja feita através de Lei complementar.

> *Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:*
>
> *I - exigir ou aumentar tributo **sem lei** que o estabeleça;*

44. CESPE - DP AC/DPE AC/2017

Segundo a CF, o Estado proverá a educação mediante, entre outras, a oferta de

a) atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência, preferencialmente em rede especial de ensino.

b) educação básica obrigatória e gratuita dos quatro anos de idade aos dezessete anos de idade, sendo facultativa a oferta gratuita àqueles que a ela não tenham tido acesso na idade adequada.

c) ensino fundamental ministrado no idioma vernáculo, sendo assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas.

d) ensino religioso, de matrícula facultativa, fora do horário regular das escolas públicas de ensino fundamental.

e) pós-graduação lato sensu gratuita nas universidades públicas.

Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Acesso à educação.**

> *Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.*
>
> *§ 2º - **O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.***

45. CESPE - DP AC/DPE AC/2017

O controle abstrato de constitucionalidade de determinado dispositivo da lei orgânica de Rio Branco em face da CF deverá ser provocado pela

a) propositura de ADI junto ao TJ/AC.

b) interposição de recurso extraordinário para julgamento pelo STF.

c) impetração de mandado de segurança para julgamento pelo TJ/AC.

d) propositura de ADPF junto ao STF.

e) propositura de ADI junto ao STF.

Comentários

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.**

> *CF, art. 102. (...)*
>
> *§ 1.º A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.*

> *Lei nº 9.882/99,*
>
> *art. 1o A arguição prevista no § 1o do art. 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público.*
>
> *Parágrafo único. Caberá também arguição de descumprimento de preceito fundamental:*
>
> *I - quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou **municipal**, incluídos os anteriores à constituição;*

5.1.5 – Análise da Prova DPU - 2015

46. CESPE - Def PF/DPU/2015

Com referência ao conceito de Constituição, julgue o item abaixo.

Embora o termo Constituição seja utilizado desde a Antiguidade, as condições sociais, políticas e históricas que tornaram possível a universalização, durante os séculos XIX e XX, da ideia de supremacia constitucional surgiram somente a partir do século XVIII.

Comentários

Gabarito, Certo.

Esta questão é respondida com **A DOUTRINA. Conceito de constituição.**

> *(...) no século XVIII, a partir do movimento denominado constitucionalismo, que surgiu, inicialmente, com o propósito de limitar o poder, afirmando a existência de leis que seriam a ele anteriores e superiores. É daí em diante que a expressão Constituição passou a ser empregada para designar o corpo de normas que definem a organização fundamental do Estado. (Dirley da Cunha Junior, 2015).*[vii]

47. CESPE - Def PF/DPU/2015

No tocante ao poder constituinte e aos limites ao poder de reforma, julgue o item que se segue.

A proteção dos limites materiais ao poder de reforma constitucional não alcança a redação do texto constitucional, visando sua existência a evitar a ruptura com princípios que expressam o núcleo essencial da CF.

Comentários

Gabarito, Certo.

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Limites constitucionais do poder constituinte derivado.**

> **STF - ADI 2024 :**
> EMENTA: I. Ação direta de inconstitucionalidade: seu cabimento - sedimentado na jurisprudência do Tribunal - para questionar a compatibilidade de emenda

constitucional com os limites formais ou materiais impostos pela Constituição ao poder constituinte derivado: precedentes. II. Previdência social (CF, art. 40, § 13, cf. EC 20/98): submissão dos ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, assim como os de outro cargo temporário ou de emprego público ao regime geral da previdência social: argüição de inconstitucionalidade do preceito por tendente a abolir a "forma federativa do Estado" (CF, art. 60, § 4º, I): improcedência. 1. A "forma federativa de Estado" - elevado a princípio intangível por todas as Constituições da República - não pode ser conceituada a partir de um modelo ideal e apriorístico de Federação, mas, sim, daquele que o constituinte originário concretamente adotou e, como o adotou, erigiu em limite material imposto às futuras emendas à Constituição; de resto as limitações materiais ao poder constituinte de reforma, que o art. 60, § 4º, da Lei Fundamental enumera, não significam a intangibilidade literal da respectiva disciplina na Constituição originária, mas apenas a proteção do núcleo essencial dos princípios e institutos cuja preservação nelas se protege. (...)(ADI 2024 / DF - DISTRITO FEDERAL AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE)

48. CESPE - Def PF/DPU/2015

No tocante ao poder constituinte e aos limites ao poder de reforma, julgue o item que se segue.

Desde que observem a cláusula de reserva de plenário, os tribunais podem declarar a revogação de normas legais anteriores à CF com ela materialmente incompatíveis.

Comentários

Gabarito, Errado.

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Revogação de normas anteriores à Constituição Federal.**

Art. 97. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

Ementa: agravo regimental. Reclamação. Alegação de afronta ao que decidido por esta corte na adi 3.510/df. Ausência de identidade material. Tese da transcendência dos motivos determinantes. Não cabimento. Alegado desrespeito à cláusula de reserva de plenário. Violação da súmula vinculante 10. Não ocorrência. Norma pré-constitucional. Agravo regimental a que se nega provimento. I – O ato reclamado não guarda identidade material com a decisão proferida por esta Corte na Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.510/DF, Rel. Min. Ayres Britto. II – O Plenário desta Corte manifestou-se contrariamente à “transcendência” ou aos “efeitos irradiantes” dos motivos determinantes das decisões proferidas em sede de controle abstrato de normas. III – **A norma cuja incidência teria sido afastada possui natureza pré-constitucional, a exigir, como**

> **se sabe, um eventual juízo negativo de recepção (por incompatibilidade com as normas constitucionais supervenientes), não um juízo declaratório de inconstitucionalidade, para o qual se imporia, certamente, a observância da cláusula de reserva de plenário**. IV – Agravo regimental a que se nega provimento. (Rcl 17206 agr / DF - DISTRITO FEDERAL / Min. RICARDO LEWANDOWSKI)

49. CESPE - Def PF/DPU/2015

> No tocante ao poder constituinte e aos limites ao poder de reforma, julgue o item que se segue.
>
> De acordo com o STF, é possível o controle judicial de constitucionalidade de emendas constitucionais, desde que ele ocorra por meio da ação direta de inconstitucionalidade ou da arguição de descumprimento de preceito fundamental e desde que, na emenda, haja violação de cláusula pétrea.

Comentários

Gabarito, Errado.

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Controle de constitucionalidade de Emenda Constitucional.**

A ADI e o ADFP não são o único meio de controlar a constitucionalidade de uma emenda constitucional, vejamos o que o STF entende nesse sentido:

> Ementa: Constitucional. Mandado de segurança. Controle preventivo deconstitucionalidade material de projeto de lei. Inviabilidade. 1. Não se admite, no sistema brasileiro, o controle jurisdicional de constitucionalidade material de projetos de lei (controle preventivo de normas em curso de formação). **O que a jurisprudência do STF tem admitido, como exceção, é "a legitimidade do parlamentar - e somente do parlamentar - para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo" (MS 24.667, Pleno, Min. Carlos Velloso, DJ de 23.04.04).** Nessas excepcionais situações, em que o vício de inconstitucionalidade está diretamente relacionado a aspectos formais e procedimentais da atuação legislativa, **a impetração de segurança é admissível, segundo a jurisprudência do STF, porque visa a corrigir vício já efetivamente concretizado no próprio curso do processo de formação da norma, antes mesmo e independentemente de sua final aprovação ou não**. (...) (MS32033/DF/ Gilmar Mendes)

50. CESPE - Def PF/DPU/2015

No tocante aos direitos e garantias fundamentais, julgue o próximo item.

No caso de autoridade federal do Instituto Nacional do Seguro Social indeferir ilegalmente benefício previdenciário a determinado cidadão, caberá o ajuizamento de mandado de segurança, sendo, nesse caso, da justiça estadual a competência para julgá-lo, desde que a comarca não seja sede de vara de juízo federal.

Certo Errado

Comentários

Gabarito, Errado.

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Competência de mandado de segurança.**

Ementa: Tributário e processual civil. Conflito negativo de competência. Justiça estadual x justiça federal. Mandado de segurança impetrado contra ato atribuído a autoridade coatora federal. Art. 109, iii, da cf. Competência rationae personae da justiça federal. 1. **A competência para julgar mandado de segurança impetrado contra ato de autoridade federal é da Justiça Federal, a teor do art. 109, VIII, da CF. 2. "a regra que confere competência à Justiça Federal para julgamento de mandado de segurança de autoridade federal não se submete à permissão constitucional de delegação à justiça estadual comum do art. 109, § 3º da constituição federal de 1988, quando inexistir vara federal no local de domicílio do autor, porque se trata de competência rationae personae de natureza absoluta e indelegável"** (cc 85.217/pe, rel. Ministro josé delgado, primeira seção, dj 29/10/2007, p. 173). 3. Conflito conhecido para declarar a competência da justiça federal.

CF/1988 - Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

(...)

*VIII - **os mandados de segurança e os habeas data contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;***

§ 3º - Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual.

51. CESPE - Def PF/DPU/2015

No tocante aos direitos e garantias fundamentais, julgue o próximo item.

Não viola a cláusula do devido processo legal a exigência de arrolamento prévio de bens para fins de admissibilidade de recurso administrativo.

Certo.Errado

Comentários

Gabarito, Errado.

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Depósito prévio de dinheiro ou bens para admitir recurso administrativo.**

> **Súmula Vinculante 21**
> É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

52. CESPE - Def PF/DPU/2015

> No tocante aos direitos e garantias fundamentais, julgue o próximo item.
>
> O direito à liberdade de expressão representa um dos fundamentos do Estado democrático de direito e não pode ser restringido por meio de censura estatal, salvo a praticada em sede jurisdicional.
>
> Certo Errado

Comentários

Gabarito, Errado.

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Direito à liberdade de expressão.**

> **Informativo 767 - STF**
> Em suma: a questão em exame, segundo entendo, assume indiscutível magnitude de ordem político-jurídica, notadamente em face de seus claros lineamentos constitucionais que foram analisados, de modo efetivo, no julgamento da referida ADPF 130/DF, em cujo âmbito o Supremo Tribunal Federal pôs em destaque, de maneira muito expressiva, uma das mais relevantes franquias constitucionais: **a liberdade de manifestação do pensamento, que representa um dos fundamentos em que se apoia a própria noção de Estado democrático de direito e que não pode ser restringida, por isso mesmo, pelo exercício ilegítimo da censura estatal, ainda que praticada em sede jurisdicional**. (Rcl 18.566-MC/SP)

> *CF/1988 - Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.*

53. CESPE - Def PF/DPU/2015

> No tocante aos direitos e garantias fundamentais, julgue o próximo item.

A CF, ao garantir o direito social à alimentação adequada, impõe que o poder público implemente políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

Certo Errado

Comentários

Gabarito, Certo.

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Direitos sociais.**

> *Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC nº 26/2000, EC nº 64/2010 e EC nº 90/2015)*
>
> *Lei 11346/06*
>
> *Art. 2o A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.*

54. CESPE - Def PF/DPU/2015

Em relação à DP, julgue o item subsecutivo.

A DPU possui autonomia funcional e administrativa, bem como a prerrogativa de iniciativa de sua proposta orçamentária, observados os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Certo Errado

Comentários

Gabarito, Certo.

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Defensoria pública. Autonomia funcional.**

> *Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5° desta Constituição Federal.*
>
> *Parágrafo único. Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.*
>
> *(...)*
>
> *§ 2º **Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites***

> ***estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º*** .
>
> *§ 3º Aplica-se o disposto no § 2º às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal.* *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 74, de 2013)*

55. CESPE - Def PF/DPU/2015

Em relação à DP, julgue o item subsecutivo.

A orientação jurídica e a defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, função essencial em um Estado democrático de direito, é realizada, no Brasil, pela DP.

Certo Errado

Comentários

Gabarito, Certo.

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Defensoria pública. Defesa dos necessitados.**

> *Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a* ***orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.*** *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)*
>
> *Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*
>
> *LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;*

56. CESPE - Def PF/DPU/2015

Quanto ao controle de constitucionalidade, julgue o item a seguir.

É possível o controle judicial difuso de constitucionalidade de normas pré-constitucionais, desde que não se adote a atual Constituição como parâmetro.

Certo.Errado

Comentários

Gabarito, Certo.

Esta questão é respondida com **A DOUTRINA. Controle de constitucionalidade**

> *No que se refere ao parâmetro, o controle difuso permite a fiscalização dos atos emanados do Poder Público perante qualquer norma constitucional, ainda que ela já tenha sido*

> *revogada, sendo unicamente necessário verificar se essa norma constitucional estava em vigor no momento da criação do ato. Nesse sentido, no controle difuso é perfeitamente factível provocar o Poder Judiciário para solucionar uma ocorrência fática que somente poderá ser decidida depois de analisada a compatibilidade de, por exemplo, uma lei promulgada em 1982 em face da Constituição em vigor na época de sua edição (Constituição de 1967, com a redação dada pela EC nº 1/1969) (Nathália Masson, 2016)*

57. CESPE - Def PF/DPU/2015

Quanto ao controle de constitucionalidade, julgue o item a seguir.

A DP possui legitimidade para ingressar com ação civil pública cujo pedido principal seja a declaração de inconstitucionalidade de lei que condicione o acesso ao SUS à comprovação de rendimento inferior a dois salários mínimos.

Certo Errado

Comentários

Gabarito, Errado.

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Defensoria pública. Ação civil pública.**

> Ementa: Reclamação – embargos de declaração recebidos como recurso de agravo – ação civil pública – controle incidental de constitucionalidade – questão prejudicial – possibilidade – inocorrência de usurpação da competência do supremo tribunal federal – precedentes – recurso de agravo improvido. - o supremo tribunal federal tem reconhecido a legitimidade da utilização da ação civil pública como instrumento idôneo de fiscalização incidental de constitucionalidade, **pela via difusa,** de quaisquer leis ou atos do poder público, mesmo quando contestados em face da constituição da república, desde que, nesse processo coletivo, a controvérsia constitucional, longe de identificar-se como objeto único da demanda, qualifique-se como simples questão prejudicial, indispensável à resolução do litígio principal. Precedentes. Doutrina.

5.1.6 – Análise da Prova DPE RN - 2015

58. CESPE - DP RN/DPE RN/2015

A respeito da classificação e das concepções de Constituição, do conteúdo do direito constitucional e das normas constitucionais, assinale a opção correta.

a) Consoante Hans Kelsen, a concepção jurídica de Constituição a concebe como a norma por meio da qual é regulada a produção das normas jurídicas gerais, podendo ser produzida, inclusive, pelo direito consuetudinário.

b) No que tange ao conteúdo do direito constitucional e a seus aspectos multifacetários, denomina-se direito constitucional comunitário o conjunto de normas e princípios que disciplinam as relações entre os preceitos de Estados estrangeiros e as normas constitucionais de determinado país.

c) As Constituições rígidas, também denominadas Constituições fixas, são aquelas que só podem ser modificadas por um poder de competência idêntico àquele que as criou.

d) O preâmbulo da CF possui caráter dispositivo.

e) De acordo com a concepção de Constituição trazida por Konrad Hesse, a força condicionante da realidade e a normatividade da Constituição são independentes. Nesse sentido, a Constituição real e a Constituição jurídica devem apresentar-se de forma autônoma.

Comentários

Esta questão é respondida com **A DOUTRINA. Concepção jurídica de Constituição segundo Hans Kelsen.**

> *José Afonso da Silva, traduzindo o pensamento de Kelsen, conclui que "... constituição é, então, considerada norma pura, puro dever-ser, sem qualquer pretensão a fundamentação sociológica, política ou filosófica. A concepção de Kelsen toma a palavra Constituição em dois sentidos: no lógico-jurídico e no jurídico-positivo. De acordo com o primeiro, Constituição significa norma fundamental hipotética, cuja função é servir de fundamento lógico transcendental da validade da Constituição jurídico-positiva, que equivale à norma positiva suprema, conjunto de normas que regula a criação de outras normas, lei nacional no seu mais alto grau" (Pedro Lenza, 2018).*

59. CESPE - DP RN/DPE RN/2015

Com relação ao poder constituinte, assinale a opção correta.

a) Tendo em vista os limites autônomos ao poder constituinte derivado decorrente, devem as Constituições estaduais observar os princípios constitucionais extensíveis, tais como aqueles relativos ao processo legislativo.

b) A mutação constitucional é fruto do poder constituinte derivado reformador.

c) De acordo com a CF, em razão das limitações procedimentais impostas ao poder constituinte derivado reformador, é de iniciativa privativa do presidente da República proposta de emenda à CF que disponha sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Poder Executivo federal.

d) Ao poder constituinte originário esgota-se quando se edita uma nova Constituição.

e) Para a legitimidade formal de uma nova Constituição, exige-se que o poder constituinte siga um procedimento padrão, com disposições predeterminadas.

Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Poder constituinte derivado decorrente.**

> *CF/1988*

> *Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, **observados os princípios desta Constituição**. (EC nº 5/95)*

60. CESPE - DP RN/DPE RN/2015

Acerca da distinção entre princípios e regras, do princípio da proibição do retrocesso social, da reserva do possível e da eficácia dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

a) De acordo com entendimento do STF, não é cabível à administração pública invocar o argumento da reserva do possível frente à imposição de obrigação de fazer consistente na promoção de medidas em estabelecimentos prisionais para assegurar aos detentos o respeito à sua integridade física e moral.

b) Os direitos fundamentais são também oponíveis às relações privadas, em razão de sua eficácia vertical.

c) As colisões entre regras devem ser solucionadas mediante a atribuição de pesos, indicando-se qual regra tem prevalência em face da outra, em determinadas condições.

d) Tanto regras quanto princípios são normas, contudo, tão somente as regras podem ser formuladas por meio das expressões deontológicas básicas do dever, da permissão e da proibição.

e) O princípio da proibição do retrocesso social constitui mecanismo de controle para coibir ou corrigir medidas restritivas ou supressivas de direitos fundamentais, tais como as liberdades constitucionais.

Comentários

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Reserva do possível.**

> Ementa: REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO DO MPE CONTRA ACÓRDÃO DO TJRS. REFORMA DE SENTENÇA QUE DETERMINAVA A EXECUÇÃO DE OBRAS NA CASA DO ALBERGADO DE URUGUAIANA. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E DESBORDAMENTO DOS LIMITES DA RESERVA DO POSSÍVEL. INOCORRÊNCIA. DECISÃO QUE CONSIDEROU DIREITOS CONSTITUCIONAIS DE PRESOS MERAS NORMAS PROGRAMÁTICAS. INADMISSIBILIDADE. PRECEITOS QUE TÊM EFICÁCIA PLENA E APLICABIILIDADE IMEDIATA. INTERVENÇÃO JUDICIAL QUE SE MOSTRA NECESSÁRIA E ADEQUADA PARA PRESERVAR O VALOR FUNDAMENTAL DA PESSOA HUMANA. OBSERVÂNCIA, ADEMAIS, DO POSTULADO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA MANTER A SENTENÇA CASSADA PELO TRIBUNAL. I - **É lícito ao Judiciário impor à Administração Pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais**. II - **Supremacia da dignidade da pessoa humana que legitima a intervenção judicial**. III - Sentença reformada que, de forma correta, buscava assegurar o respeito à integridade física e moral dos detentos, em

observância ao art. 5º, XLIX, da Constituição Federal. IV - Impossibilidade de opor-se à sentença de primeiro grau o argumento da reserva do possível ou princípio da separação dos poderes. V - Recurso conhecido e provido. (RE 592581 / RS - RIO GRANDE DO SUL)

61. CESPE - DP RN/DPE RN/2015

A respeito de constitucionalização simbólica, de hermenêutica e de interpretação constitucional, assinale a opção correta.

a) Os conceitos jurídicos indeterminados são expressões de sentido fluido, que podem ser encontradas na Constituição, destinadas a lidar com situações nas quais o constituinte não pôde ou não quis, no relato abstrato do enunciado normativo, especificar de forma detalhada suas hipóteses de incidência. Assim, a atribuição de sentido a essas cláusulas abertas deve dar-se mediante valoração concreta dos elementos da realidade, a partir de um juízo discricionário.

b) Da relação entre texto constitucional e realidade constitucional, tem-se, como reflexo da constitucionalização simbólica em sentido negativo, uma ausência generalizada de orientação das expectativas normativas conforme as determinações dos dispositivos da Constituição.

c) Como forma básica de manifestação da constitucionalização simbólica, tem-se a constitucionalização álibi, caracterizada pela presença de dispositivos constitucionais que, sem relevância normativo jurídica, confirmam as crenças e o modus vivendi de determinados grupos.

d) A hermenêutica filosófica de matriz gadameriana assemelha-se à hermenêutica clássica, na medida em que trabalha com a atribuição de sentido às normas.

e) Casos difíceis são aqueles que não têm uma solução abstratamente prevista e pronta na Constituição, devendo o intérprete, para tanto, valer-se da subsunção.

Comentários

Esta questão é respondida com **A DOUTRINA. Constituição Simbólica.**

Com base em Harald Kindermann, Marcelo Neves propõe, então, um modelo tricotômico para a "tipologia da legislação simbólica", estabelecendo que o seu conteúdo pode ser: "a) confirmar valores sociais, b) demonstrar a capacidade de ação do Estado e c) adiar a solução de conflitos sociais através de compromissos dilatórios".

Além de ter o objetivo de confirmar valores de determinados grupos, a legislação simbólica pode ter o objetivo de assegurar confiança nos sistemas jurídico e político.

Diante de certa insatisfação da sociedade, a legislação-álibi aparece como uma resposta pronta e rápida do governo e do Estado.

Ainda, conforme anota Neves, a legislação simbólica também pode "... servir para adiar a solução de conflitos sociais através de compromissos dilatórios. Nesse caso, as divergências entre grupos políticos não são resolvidas por meio do ato legislativo, que, porém, será aprovado consensualmente pelas partes envolvidas, exatamente porque está presente a perspectiva da ineficácia da respectiva lei. O acordo não se funda então no conteúdo do

diploma normativo, mas sim na transferência da solução do conflito para um futuro indeterminado" (Pedro Lenza, 2018).

62. CESPE - DP RN/DPE RN/2015

Assinale a opção correta em relação aos direitos fundamentais e aos conflitos que podem ocorrer entre eles.

a) A proibição do excesso e da proteção insuficiente são institutos jurídicos ligados ao princípio da proporcionalidade utilizados pelo STF como instrumentos jurídicos controladores da atividade legislativa.

b) Sob pena de colisão com o direito à liberdade de pensamento e consciência, o STF entende que a autorização estatutária genérica conferida à associação é

suficiente para legitimar a sua atuação em juízo na defesa de direitos de seus filiados.

c) Como tentativa de evitar a ocorrência de conflito, a legislação brasileira tem imposto regras que impedem o exercício cumulado de diferentes direitos fundamentais.

d) Os direitos fundamentais poderão ser limitados quando conflitarem com outros direitos ou interesses, não havendo restrição a tais limitações.

e) A garantia de proteção do núcleo essencial dos direitos fundamentais está ligada à própria validade do direito, mas não guarda relação com a sua eficácia no caso concreto.

Comentários

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Princípio da proporcionalidade.**

"...Os direitos fundamentais não podem ser considerados apenas como proibições de intervenção (Eingriffsverbote), expressando também um postulado de proteção (Schutzgebote). Pode-se dizer que os direitos fundamentais expressam não apenas uma proibição do excesso (Übermassverbote), como também podem ser traduzidos como proibições de proteção insuficiente ou imperativos de tutela (Untermassverbote). **Os mandatos constitucionais de criminalização, portanto, impõem ao legislador, para o seu devido cumprimento, o dever de observância do princípio da proporcionalidade como proibição de excesso e como proibição de proteção insuficiente**. 1.2. Modelo exigente de controle de constitucionalidade das leis em matéria penal, baseado em níveis de intensidade: Podem ser distinguidos 3 (três) níveis ou graus de intensidade do controle de constitucionalidade de leis penais, consoante as diretrizes elaboradas pela doutrina e jurisprudência constitucional alemã: a) controle de evidência (Evidenzkontrolle); b) controle de sustentabilidade ou justificabilidade (Vertretbarkeitskontrolle); c) controle material de intensidade (intensivierten inhaltlichen Kontrolle). O Tribunal deve sempre levar em conta que a Constituição confere ao legislador amplas margens de ação para eleger os bens jurídicos penais e avaliar as medidas adequadas e necessárias para a efetiva proteção desses bens. **Porém, uma vez que se ateste que as medidas legislativas**

adotadas transbordam os limites impostos pela Constituição – o que poderá ser verificado com base no princípio da proporcionalidade como proibição de excesso (Übermassverbot) e como proibição de proteção deficiente (Untermassverbot) –, deverá o Tribunal exercer um rígido controle sobre a atividade legislativa, declarando inconstitucionalidade de leis penais transgressoras de princípios constitucionais. ...” (STF - HC 104410, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 06/03/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-062 DIVULG 26-03-2012 PUBLIC 27-03-2012)

63. CESPE - DP RN/DPE RN/2015

Com referência aos direitos fundamentais em espécie, assinale a opção correta com base no entendimento do STF acerca desse tópico.

a) A inviolabilidade domiciliar refere-se à residência que o indivíduo ocupa com intenção de moradia definitiva, mas não alcança seu escritório profissional ou outro local de trabalho.

b) A determinação de foro justificada por prerrogativa de função, ainda que instituída exclusivamente por Constituição estadual, prevalece sobre a competência do tribunal de júri.

c) Por ferir o direito à privacidade, é ilegítima a publicação, em qualquer tipo de veículo, dos nomes de servidores da administração pública e do valor dos vencimentos e vantagens pecuniárias por eles recebidos.

d) O Estado brasileiro reconhece que a família tem como base a união entre o homem e a mulher, fato que exclui a união de pessoas do mesmo sexo do âmbito da proteção estatal.

e) Salvo quando envolver criança e(ou) adolescente, os direitos à reunião e à livre manifestação do pensamento podem ser exercidos mesmo quando praticados para defender a legalização de drogas.

Comentários

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA: Direitos fundamentais em espécie.**

“A manifestação de pensamento favorável à descriminalização do consumo entorpecentes, cabível no exercício da liberdade de expressão, pressupõe, como já assinalado, a autonomia individual. Diante disso, não é adequado que crianças e adolescentes, cuja autonomia é limitada – ainda que temporariamente –, sejam levados à participação ativa no evento . O art. 227 da Constituição, com redação conferida pela Emenda Constitucional nº 65/2010, estabelece absoluta prioridade na proteção da criança, do adolescente e do jovem quanto à saúde e à dignidade.”

(ADPF 187, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 15/06/2011, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-102 DIVULG 28-05-2014 PUBLIC 29-05-2014)

64. CESPE - DP RN/DPE RN/2015

Assinale a opção correta quanto à proteção judicial e não judicial dos direitos fundamentais.

a) O STF concluiu não ser o habeas corpus instrumento adequado para impugnar ato emitidos por um de seus ministros.

b) O habeas data assegura o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público. Para o STF, a expressão "entidades de caráter público" refere-se a organismos públicos, integrantes da administração pública.

c) A objeção de consciência ao serviço militar e a greve política são exemplos do direito de resistência explícito, que é abrigado pela CF.

d) Mesmo se esgotado o prazo para oferecimento de denúncia pelo MP nos casos de ação pública, é vedado ao particular utilizar o direito de petição de forma a

oferecer, em substituição ao *parquet*, acusação formal a juízo criminal.

e) A turma recursal dos juizados especiais é competente para processar e julgar *habeas corpus* contra atos de magistrados dos juizados especiais criminais.

Comentários

Anulada.

Esta questão é respondida com **A CF/1988 E JURISPRUDÊNCIA. Direitos fundamentais.**

Existem duas alternativas corretas, portanto a questão foi anulada pela banca.

> ***ALTERNATIVA C:*** *CF/88*
>
> *(...)*
>
> *Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.*
>
> *(...)*
>
> *Art. 143. O serviço militar é obrigatório nos termos da lei.*
>
> *§ 1º Às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.*

ALTERNATIVA E:

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO JUIZNATURAL. INOCORRÊNCIA. JULGAMENTO DE HABEAS CORPUS IMPETRADO CONTRA DECISÃO DE JUIZADO ESPECIAL. COMPETÊNCIA DA TURMA RECURSAL. LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL E LEGAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (...) 2. O fato de a Lei Complementar Estadual prever apenas competência cível para as Turmas de Recursos não torna ilegítima a Resolução do Tribunal de Justiça que declara a existência da competência também em matéria criminal. Observância dos princípios norteadores da Lei dos Juizados e da Constituição. (...) 4. O fato de a Resolução prever a competência em matéria recursal das Turmas de Recursos não exclui sua competência para o julgamento de habeas corpus impetrado contra decisões dos juizados especiais criminais, como conseqüência lógica. Precedente. 5. Ademais, no caso em análise, o writ é claro substitutivo do recurso de apelação, não havendo razoabilidade em excluí-lo do alcance do art. 82 da Lei n° 9.099/95. 6. Recurso conhecido e desprovido. (RE 463560 / SC - SANTA CATARINA)

65. CESPE - DP RN/DPE RN/2015

Acerca dos tratados internacionais de direitos humanos, do ADCT e dos direitos de nacionalidade e de cidadania, assinale a opção correta.

a) A nacionalidade de brasileiros naturalizados perdida por sentença judicial devido ao exercício de atividade nociva ao interesse nacional pode ser readquirida mediante novo procedimento de naturalização.

b) Os pagamentos devidos pela fazenda pública em virtude de sentença judicial far-se-ão mediante precatório, salvo quando forem pertinentes a obrigações definidas em lei como de pequeno valor. Caso não haja lei específica do ente da Federação, considerar-se-ão como de pequeno valor os débitos ou obrigações da fazenda pública estadual que tenham valor igual ou inferior a quarenta salários mínimos.

c) O número de DPs estaduais na unidade jurisdicional deve ser proporcional ao número de processos judiciais em trâmite na comarca em questão.

d) Segundo o STF, os tratados internacionais referentes aos direitos humanos têm status de norma constitucional, independentemente do seu eventual quorum de aprovação.

e) Embora possa filiar-se a partido político, o militar em serviço na ativa não é elegível.

Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Pagamentos devidos pela Fazenda pública.**

> *CF/1988 - Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a*

designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

(...)

§ 3º O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

ADCT

(...)

Art. 87. Para efeito do que dispõem o § 3º do art. 100 da Constituição Federal e o art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias serão considerados de pequeno valor, até que se dê a publicação oficial das respectivas leis definidoras pelos entes da Federação, observado o disposto no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, os débitos ou obrigações consignados em precatório judiciário, que tenham valor igual ou inferior a: (EC nº 37/2002)

*I – **quarenta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Estados e do Distrito Federal;***

II – trinta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Municípios.

Parágrafo único. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exeqüente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma prevista no § 3º do art. 100.

66. CESPE - DP RN/DPE RN/2015

No que diz respeito aos direitos sociais, à intervenção judicial na implementação de políticas públicas e ao mínimo existencial, assinale a opção correta.

a) Ocorre o fenômeno conhecido como judicialização da política quando o Poder Judiciário, ao interpretar uma norma, ampliar o seu sentido para abarcar situações aparentemente por ela não previstas.

b) O transporte e a felicidade são direitos fundamentais sociais assegurados pelo Estado a todo cidadão brasileiro como garantia individual.

c) Para o STF, a tese da reserva do mínimo possível é aplicável apenas se restar comprovada a real falta de recursos orçamentários pelo poder público, pois não é admissível como justificativa genérica para eventual omissão estatal na efetivação dos direitos fundamentais.

d) Uma decisão judicial que ordenasse à administração pública a execução de obras emergenciais em um estabelecimento prisional, necessárias para a garantia da integridade física dos detentos, seria uma afronta ao princípio da separação dos poderes, segundo entendimento do STF.

e) O direito ao mínimo existencial, no tocante aos direitos fundamentais, está vinculado às condições estritamente necessárias para a manutenção da vida dos indivíduos.

Comentários

Esta questão é respondida com **A DOUTRINA. Reserva do possível.**

> *A reserva do possível pode ser compreendida como uma limitação fática e jurídica oponível, ainda que de forma relativa, à realização dos direitos fundamentais, sobretudo os de cunho prestacional.*
>
> *(...)*
>
> *A estreita relação entre as circunstâncias econômico-financeiras e a efetividade dos direitos fundamentais sociais, cuja implementação impõe prestações materiais por parte do Estado, sujeita-os às condições fáticas, econômicas e financeiras vigentes. Ingo SARLET observa que a reserva do possível apresenta uma tríplice dimensão, abrangendo: I) a disponibilidade fática; II) a disponibilidade jurídica; e, III) a razoabilidade e proporcionalidade da prestação. (Marcelo Novelino, 2014)*

67. CESPE - DP RN/DPE RN/2015

A respeito do estatuto constitucional das leis orgânicas dos municípios, assinale a opção correta.

a) A lei orgânica municipal será aprovada por dois terços dos membros da câmara municipal, após dois turnos de discussão e votação, podendo ser declarada constitucional ou inconstitucional, em abstrato, tanto pelo TJ do respectivo estado quanto pelo STF.

b) A lei orgânica municipal definirá as situações em que a autoridade local gozará de foro por prerrogativa de função no TJ do respectivo estado-membro.

c) Lei orgânica municipal, por seu caráter hierárquico-normativo superior no âmbito local, pode servir de parâmetro no controle abstrato de constitucionalidade estadual.

d) Como consequência do seu caráter subordinante em relação às leis orgânicas dos municípios localizados no respectivo estado-membro, podem as Constituições

estaduais estabelecer limites à auto-organização municipal não previstos na CF.

e) Na condição de lei fundamental do ente municipal, a lei orgânica pode inovar em matéria de direitos básicos do funcionalismo público local, devendo tais direitos ser necessariamente observados pelas leis ordinárias municipais regulamentadoras.

Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Lei orgânica municipal.**

> *CF/88*
>
> *(...)*
>
> *Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:*

> *Assim, combinando as informações hauridas com a discussão acerca da subsidiariedade, pode-se concluir o cabimento da ADPF nos casos relativos ao controle de legitimidade:*

Do direito pré-constitucional (normas anteriores à edição da Constituição em 1988; ou então posteriores a 1988, todavia, anteriores a norma constitucional invocada como parâmetro modificado por emenda constitucional;

Do direito municipal em face da Constituição Federal;

Nas controvérsias sobre direito pós-constitucional já revogado ou cujos efeitos já se exauriram.

Nessas hipóteses, em virtude do não cabimento da ação direta, deve-se reconhecer a admissibilidade da utilização da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Ademais some-se a essas hipóteses outra importante, qual seja:

O cabimento de ADPF diante de decisões judiciais construídas a partir de interpretações violadoras de preceitos fundamentais. (...) (Nathalia Masson, 2015).

68. CESPE - DP RN/DPE RN/2015

Assinale a opção correta acerca do perfil constitucional do Estado federal brasileiro.

a) Os territórios federais, quando criados, elegerão um senador para integrar o Congresso Nacional.

b) No tocante às competências legislativas concorrentes, a superveniência de norma suplementar específica proveniente de ente federativo local suspenderá de pronto a eficácia de lei federal sobre normas gerais, no que esta lhe for contrária.

c) A CF não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, salvo por iniciativa de mais da metade das assembleias legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

d) Por não integrarem a Federação, municípios podem ter sua autonomia político-constitucional suprimida por emenda à CF.

e) A despeito de a CF fixar os números mínimo e máximo de deputados federais por unidade da Federação, é ao Congresso Nacional que cabe, dentro dessa margem, fixar o efetivo número desses parlamentares por estado e pelo DF, mediante a edição de lei complementar, sem possibilidade de delegação de tal tarefa a outro órgão estatal.

Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Número de deputados.**

CF/88

(...)

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

§ 1º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

69. CESPE - DP RN/DPE RN/2015

Com relação ao regime constitucional das imunidades parlamentares, assinale a opção correta.

a) Para que incida a inviolabilidade do vereador, é necessário que suas opiniões, palavras e votos sejam expressos na circunscrição do município em que ele exerça seu mandato, não se exigindo a demonstração de conexão com o efetivo exercício da vereança.

b) Deputados distritais desfrutam de imunidade formal apenas quanto aos fatos de competência da justiça local.

c) Não perderá o foro por prerrogativa de função o parlamentar federal que estiver licenciado para exercer cargo de ministro de Estado.

d) Vereadores não poderão ser presos desde a expedição do diploma, salvo em caso de flagrante de crime inafiançável cometido fora da circunscrição do município em que forem eleitos.

e) Enquanto deputados federais e senadores compartilham de um regime de imunidades abrangente tanto da chamada inviolabilidade como da imunidade formal, deputados estaduais e vereadores são detentores tão somente da inviolabilidade.

Comentários

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Foro por prerrogativa de função.**

> *E a prerrogativa de foro em matéria penal subsiste se o parlamentar estiver afastado nas hipóteses do art. 56, por exemplo, no caso de estar investido no cargo de Ministro de Estado? Conforme visto, os parlamentares não perdem o mandato (art. 56, I), mas ficam com as imunidades suspensas. Contudo, em situação particular, ao menos em sede de cautelar, o STF entendeu estar preservada a garantia constitucional da prerrogativa de foro em matéria penal. Essa questão foi analisada pela Corte no julgamento da medida cautelar no MS 25.579,56 e o Min. Joaquim Barbosa, com precisão, confirmou a manutenção da prerrogativa de foro.*
>
> *Tratava-se de mandado de segurança buscando trancar a tramitação e processamento de representação por quebra de decoro parlamentar de Deputado Federal licenciado e investido no cargo de Ministro de Estado.*
>
> *De acordo com o voto divergente e vencedor (no julgamento do pedido de liminar), embora tenha praticado atos na condição de Ministro de Estado, não se caracterizavam como inerentes à função executiva, mas, sim, condutas que violavam o Código de Ética parlamentar, preservando-se, portanto, a prerrogativa de foro no tocante à matéria penal. (Pedro Lenza, 2018).*
>
> *Art. 56. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador:*
>
> *I – investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária;*

70. CESPE - DP RN/DPE RN/2015

Em relação a controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

a) Segundo o entendimento do STF, o Conselho Nacional do Ministério Público pode, excepcionalmente, no exercício de suas atribuições de controle da legitimidade dos atos administrativos praticados por membros do MP, afastar a aplicação de norma identificada como inconstitucional.

b) Consoante entendimento do STF, em ADI, após a deliberação a respeito do mérito da declaração de inconstitucionalidade e, mesmo já proclamado o resultado final do julgamento, é possível a reabertura do julgamento para fins de deliberação a respeito da modulação dos efeitos da decisão.

c) De acordo com alteração constitucional promovida por emenda constitucional, o defensor público-geral federal passou a ser um dos legitimados a propor ADI e a ação declaratória de constitucionalidade.

d) A decisão que julgar procedente o pedido em ADPF é irrecorrível, não podendo ser objeto de ação rescisória ou de reclamação contra o seu descumprimento.

e) De acordo com entendimento do STF, para admitir-se a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante, faz-se necessário demonstrar: a evidente superação da jurisprudência do STF no trato da matéria; a alteração legislativa quanto ao tema; ou, ainda, a modificação substantiva de contexto político, econômico ou social.

Comentários

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Súmulas vinculantes.**

> (...) A Corte asseverou que, para admitir-se a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante, seria necessário demonstrar: a) a evidente superação da jurisprudência do STF no trato da matéria; b) a alteração legislativa quanto ao tema; ou, ainda, c) a modificação substantiva de contexto político, econômico ou social. (...) PSV 13/DF, 24.9.2015. (PSV-13)

71. CESPE - DP RN/DPE RN/2015

No que diz respeito à disciplina constitucional da autonomia financeira, aos poderes e aos órgãos públicos, assinale a opção correta.

a) Lei de iniciativa exclusiva do Poder Executivo poderá restringir a execução orçamentária do Poder Judiciário, mesmo no tocante às despesas amparadas na LDO e na LOA.

b) Ao elaborar sua proposta orçamentária, deve o MP ater-se aos limites estabelecidos na LDO, não sendo dado ao chefe do Poder Executivo estadual interferir nessa proposta, ressalvada a possibilidade de pleitear a sua redução ao respectivo parlamento.

c) Por exercer função constitucional autônoma e contar com fisionomia institucional própria, o MP junto aos TCs tem assegurada a garantia institucional da autonomia financeira nos mesmos moldes consagrados ao MP comum.

d) Em razão do seu caráter de auxiliar do respectivo Poder Legislativo, os TCs estaduais não gozam de autonomia financeira, ficando a sua proposta orçamentária

condicionada à proposição daquele poder.

e) A despeito da autonomia financeira das DPs, sua proposta orçamentária deve estar atrelada à proposta do respectivo Poder Executivo, como uma subdivisão desta, tendo em vista especialmente a circunstância de as DPs, não constituindo um poder autônomo e independente, atuarem no exercício de função executiva.

Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Ministério público. Proposta orçamentária.**

> *CF/88*
>
> *Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.*
>
> *§ 3º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.*
>
> *§ 5º Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do § 3º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.*

72. CESPE - DP RN/DPE RN/2015

Assinale a opção correta acerca do regime constitucional dos gastos públicos.

a) A existência de prévia autorização legislativa é requisito suficiente para a abertura de crédito suplementar ou especial.

b) A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro não depende de prévia autorização legislativa.

c) A instituição de fundos de qualquer natureza pode ser autorizada por decreto do Poder Executivo, circunstância em que tal ato terá a natureza de decreto autônomo.

d) Para se iniciar investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, basta que esse investimento esteja previsto na LOA do primeiro exercício financeiro de sua execução.

e) O início de programas e projetos governamentais não será possível sem a inclusão deles na LOA.

Comentários

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Regime constitucional dos gastos públicos.**

> *Art. 167. São vedados:*
>
> *I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;*

73. CESPE - DP RN/DPE RN/2015

No tocante à jurisdição constitucional dos TJs estaduais, assinale a opção correta de acordo com a jurisprudência do STF.

a) Pela técnica da remissão normativa, a Constituição estadual pode incorporar o conteúdo de normas da CF, podendo os preceitos constitucionais estaduais de remissão servir de parâmetro no controle abstrato de normas de âmbito estadual.

b) Não será exigido o requisito da pertinência temática para qualquer dos legitimados ao controle abstrato de constitucionalidade estadual, salvo se a Constituição estadual contemplar expressamente essa exigência.

c) Se o autor de representação de inconstitucionalidade estadual invocar como parâmetro de controle norma da Constituição estadual incompatível com a CF, o TJ deverá, mesmo assim, julgar a ação, ainda que em face desse parâmetro local, não lhe sendo admitido controlar incidentalmente a constitucionalidade dessa norma constitucional estadual em face da CF.

d) A decisão de TJ que, em ação direta, declarar inconstitucional lei estadual somente terá eficácia contra todos após a assembleia legislativa do respectivo estado suspender a execução do referido ato normativo.

e) Cabe aos estados instituir a representação de inconstitucionalidade de leis ou de atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição estadual, vedada a instituição de ADI por omissão.

Comentários

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Jurisdição constitucional dos TJs Estaduais.**

> Rcl 5.375-MC/RS, rel. Min. Celso de Mello (julgamento: 29.09.2011): **"Revela-se legítimo invocar, como referência paradigmática, para efeito de controle abstrato de constitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais e/ou municipais, cláusula de caráter remissivo, que, inscrita na Constituição Estadual, remete, diretamente, às regras normativas e aos princípios constantes da própria Constituição Federal, assim incorporando-os, formalmente, mediante referida técnica de remissão, ao plano do ordenamento constitucional do Estado-membro**. – Com a técnica de remissão normativa, o Estado-membro confere parametricidade às normas e princípios, que, embora constantes da Constituição Federal, passam a compor, formalmente, em razão da expressa

> referência a eles feita, o "corpus" constitucional dessa unidade política da Federação, o que torna possível erigir-se, como parâmetro de confronto, para os fins a que se refere o art. 125, § 2.° da Constituição da República, a própria norma constitucional estadual de conteúdo remissivo. Doutrina. Precedentes". No mesmo sentido: STF – ADPF 100-MC/TO, rel. Min. Celso de Mello; STF – Rcl 10.500-AgR/SP, rel. Min. Celso de Mello; STF – Rcl 4.432/TO, rel. Min. Gilmar Mendes:

5.1.7 – Análise da Prova DPE PE - 2015

74. CESPE - DP PE/DPE PE/2015

Acerca do mandado de injunção, julgue o item seguinte.

A jurisprudência do STF acerca do mandado de injunção evoluiu para admitir que, além de declarar omisso o Poder Legislativo, o próprio tribunal edite a norma geral de que depende o exercício do direito invocado pelo impetrante.

Certo Errado

Comentários

Gabarito, Certo.

Esta questão é respondida com **A LETRA DA LEI. Mandado de injunção.**

> *Lei 13300/16*
>
> *Art. 8o Reconhecido o estado de mora legislativa**, será deferida a injunção para:***
>
> *I - determinar prazo razoável para que o impetrado promova a edição da norma regulamentadora;*
>
> *II - estabelecer as condições em que se dará o exercício dos direitos, das liberdades ou das prerrogativas reclamados ou, se for o caso, as condições em que poderá o interessado promover ação própria visando a exercê-los, caso não seja suprida a mora legislativa no prazo determinado.*
>
> *posição concretista intermediária: julgando procedente o mandado de injunção, o Judiciário fixa ao órgão omisso prazo para elaborar a norma regulamentadora. Findo o prazo e permanecendo a inércia, o direito passa a ser assegurado para todos (geral), para grupo, classe ou categoria de pessoas (coletivo) ou apenas para o impetrante, pessoa natural ou jurídica (individual); (Pedro Lenza, 2018).*

75. CESPE - DP PE/DPE PE/2015

Em relação à efetivação dos direitos sociais, julgue o item a seguir.

Conforme jurisprudência do STJ, o juiz pode determinar o bloqueio de verbas públicas para garantir o fornecimento de medicamentos.

Certo.Errado

Comentários

Gabarito, Certo.

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Efetivação dos direitos sociais.**

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. BLOQUEIO DE VERBA PÚBLICA. MEDIDA EXCEPCIONAL. FUNDAMENTO AUTÔNOMO DO ACÓRDÃO PROFERIDO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. 1. **A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite o bloqueio de verbas públicas para garantir o cumprimento de decisão judicial, especialmente nas hipóteses de fornecimento de medicamentos ou tratamento de saúde**. 2. Assim, embora seja possível o bloqueio de verbas, para compelir o réu a cumprir obrigação de fazer ou de não fazer, a adoção daquela medida coercitiva dependeria do juízo de convencimento do magistrado, a quem compete avaliar a necessidade de sua imposição no caso concreto, se porventura houver resistência ao cumprimento da ordem judicial. 3. Nesse sentido, destaco que, "conforme dispõe o art. 461, § 5º, do CPC, cabe ao magistrado, à luz dos fatos delimitados na demanda, determinar a medida que, a seu juízo, mostrar-se mais adequada para tornar efetiva a tutela almejada. Vale dizer, se, de um lado, pode o juiz determinar a implementação de medida, ainda que não expressa na lei, como o bloqueio de contas públicas, por outro lado, é-lhe também lícito rejeitar o pedido, se entender pela sua desnecessidade. O que a ordem jurídica não tolera é que o juiz seja compelido a determinar a adoção de cautelas que não reputou necessárias, apenas para satisfazer o desejo das partes" (RMS 33.337/GO, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, Segunda Turma, DJe 25.5.2012). 4. Ademais, a parte recorrente, nas razões do Recurso Especial, não infirma o fundamento do acórdão recorrido, no sentido de que "obloqueio de verbas não integrou o pedido inicial". Aplicação da Súmula 283/STF. 5. Agravo Regimental não provido.

76. CESPE - DP PE/DPE PE/2015

Julgue o item que se segue, relativo aos servidores públicos.

As regras do regime geral da previdência social relativas à aposentadoria especial não são aplicáveis ao servidor público enquanto não houver lei complementar específica que assim o determine.

Certo Errado

Comentários

Gabarito, Errado.

Esta questão é respondida com **A JURISPRDUÊNCIA. Servidores públicos.**

Súmula Vinculante 33
Aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do regime geral da previdência social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica.

77. CESPE - DP PE/DPE PE/2015

Julgue o item que se segue, relativo aos servidores públicos.

De acordo com a jurisprudência do STF, o princípio da isonomia não justifica o aumento de vencimento de servidor público por decisão judicial.

Certo.Errado

Comentários

Gabarito, Certo.

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Servidores públicos.**

Súmula Vinculante 37
Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

78. CESPE - DP PE/DPE PE/2015

Com relação às atribuições do presidente da República, julgue o item a seguir.

A comutação de penas é de competência privativa do presidente da República, com caráter amplamente discricionário, sendo limitada apenas por vedações decorrentes da CF.

Certo Errado

Comentários

Gabarito, Certo.

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Comutação da pena.**

> *Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:*
>
> *XII - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.*
>
> *Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*
>
> *(...)*

> *XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;*

EMENTA: Habeas corpus. 2. Crime de estupro, na forma qualificada e atentado violento ao pudor. Morte da vítima. Crime hediondo. Lei n.º 8.072, de 25.7.90, art. 1º, V. 3. Aumento de pena: concurso de pessoas. 4. Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça e indulto. Lei n.º 8.072/90, art. 2º, I, e art. 5º, XLIII, da Constituição Federal. 5. **Se é certo que a Constituição confere ao Presidente da República competência privativa para conceder indulto e comutar penas (art. 84, XII), não é menos exato que a Constituição, em outro dispositivo, art. 5º, XLIII, preceitua limites ao exercício dessa competência, quando estipula serem insuscetíveis de graça ou anistia os crimes hediondos.** 6. Ora, se a comutação da pena é espécie de indulto e como tal prevista, inclusive, no Código de Processo Penal (art. 739), por força de compreensão há de ter-se como enquadrada na regra de vedação de indulto do art. 2º, I, da Lei n.º 8.072/90. 7. A conduta do paciente é típica do estupro na forma qualificada pela conseqüência morte, caracterizando-se, assim, a forma de crime hediondo. Bastante seria esse fundamento, nos limites do pedido, para indeferir a súplica. 8. Dá-se, em conseqüência, quanto ao paciente, a incidência da regra do art. 7º, I, do Decreto n.º 3.226/99, que estipula não alcançar o indulto previsto no referido diploma os condenados por crimes hediondos e pelos demais referidos no artigo, em seus incisos. 9. Habeas corpus indeferido.

79. CESPE - DP PE/DPE PE/2015

Com relação ao Conselho Nacional de Justiça, julgue o seguinte item.

O Conselho Nacional de Justiça não tem qualquer competência sobre o STF e seus ministros.

Certo.Errado

Comentários

Gabarito, Certo.

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Conselho Nacional de Justiça.**

EMENTAS: 1. AÇÃO. (...)4. PODER JUDICIÁRIO. Conselho Nacional de Justiça. Órgão de natureza exclusivamente administrativa. Atribuições de controle da atividade administrativa, financeira e disciplinar da magistratura. Competência relativa apenas aos órgãos e juízes situados, hierarquicamente, abaixo do Supremo Tribunal Federal. Preeminência deste, como órgão máximo do Poder Judiciário, sobre o Conselho, cujos atos e decisões estão sujeitos a seu controle jurisdicional.

Inteligência dos art. 102, caput, inc. I, letra "r", e § 4º, da CF. **O Conselho Nacional de Justiça não tem nenhuma competência sobre o Supremo Tribunal Federal e seus ministros, sendo esse o órgão máximo do Poder Judiciário nacional, a que aquele está sujeito**. (...) (ADI 3367 / DF - DISTRITO FEDERAL /AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE / Relator(a): Min. CEZAR PELUSO)

80. CESPE - DP PE/DPE PE/2015

Com relação ao Conselho Nacional de Justiça, julgue o seguinte item.

Pelo princípio da simetria, os estados-membros poderão instituir, por meio de sua constituição estadual, conselho destinado ao controle da atividade administrativa, financeira ou disciplinar de suas respectivas justiças estaduais.

Certo Errado

Comentários

Gabarito, Errado.

Esta questão é respondida com **A JURISPRUDÊNCIA. Conselho Nacional de Justiça.**

EMENTA: - **Criação, pela Constituição do Estado da Paraíba (art. 147, e seus parágrafos), de Conselho Estadual de Justiça,** composto por dois desembargadores, um representante da Assembléia Legislativa, o Procurador-Geral da Justiça, o Procurador- Geral do Estado e o Presidente da Seccional da OAB, como órgão da atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário. **Inconstitucionalidade dos dispositivos, declarada perante o princípio da separação dos Poderes - art. 2º da Constituição Federal - de que são corolários o auto-governo dos Tribunais e a sua autonomia administrativa, financeira e orçamentária** (artigos 96, 99, e parágrafos e 168 da Carta da República). Ação direta julgada procedente. (ADI 135 / PB – PARAÍBA/ Min Octavio Gallotti)

81. CESPE - DP PE/DPE PE/2015

De acordo com a CF, julgue o próximo item. Compete, originariamente, ao STF processar e julgar a homologação de sentenças estrangeiras.

Certo.Errado

Comentários

Gabarito, Errado.

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Competência para homologação de sentença estrangeira.**

> *Art. 105. Compete ao* ***Superior Tribunal de Justiça:***
>
> *I - processar e julgar, originariamente:*
>
> *(...)*
>
> *i)* ***a homologação de sentenças estrangeiras*** *e* ***a concessão de exequatur às cartas rogatórias;(Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)***

82. CESPE - DP PE/DPE PE/2015

No que se refere ao tratamento conferido pela CF à DP, julgue o seguinte item.

A autonomia funcional e administrativa conferida à DP não impede sua vinculação à secretaria de justiça do estado ao qual pertença, caso exista tal previsão na respectiva lei complementar estadual.

Certo Errado

Comentários

Gabarito, Errado.

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Defensoria pública. Autonomia funcional.**

> *Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV, art. 5°, desta Constituição Federal.*
>
> *(...)*
>
> *§ 4º São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e* ***a independência funcional****, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal.*

EMENTA: I. Ação direta de inconstitucionalidade: art. 2º, inciso IV, alínea c, da L. est. 12.755, de 22 de março de 2005, do Estado de Pernambuco, que estabelece a vinculação da Defensoria Pública estadual à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos: violação do art. 134, § 2º, da Constituição Federal, com a redação da EC 45/04: inconstitucionalidade declarada. 1. **A EC 45/04 outorgou expressamente autonomia funcional e administrativa às defensorias públicas estaduais, além da iniciativa para a propositura de seus orçamentos (art. 134, § 2º): donde, serinconstitucional a norma local que estabelece a vinculação da Defensoria Pública a Secretaria de Estado.** 2. A norma de autonomia inscrita no art. 134, § 2º, da Constituição Federal pela EC 45/04 é de eficácia plena e aplicabilidade imediata, dado ser a Defensoria Pública um instrumento de efetivação dos direitos humanos. II. Defensoria Pública: vinculação à Secretaria de Justiça, por força da LC est (PE) 20/98: revogação, dada a incompatibilidade com o novo texto constitucional 1. É da jurisprudência do Supremo Tribunal - malgrado o dissenso do Relator - que a antinomia entre norma ordinária anterior e a Constituição

superveniente se resolve em mera revogação da primeira, a cuja declaração não se presta a ação direta. 2. O mesmo raciocínio é aplicado quando, por força de emenda à Constituição, a lei ordinária ou complementar anterior se torna incompatível com o texto constitucional modificado: precedentes.

83. CESPE - DP PE/DPE PE/2015

No que se refere ao tratamento conferido pela CF à DP, julgue o seguinte item.

Aos defensores públicos empossados após a promulgação da CF é permitido o exercício da advocacia privada, desde que não conflitante com o exercício de suas atribuições institucionais.

Certo Errado

Comentários

Gabarito, Errado.

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Defensoria pública. Advocacia privada.**

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5° desta Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)

§ 1º Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e ***vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.***

84. CESPE - DP PE/DPE PE/2015

Em relação à efetivação dos direitos sociais, julgue o item a seguir.

De acordo com o entendimento do STF, é inadmissível que o Poder Judiciário disponha sobre políticas públicas de segurança, mesmo em caso de persistente omissão do Estado, haja vista a indevida ingerência em questão, que envolve a discricionariedade do Poder Executivo.

Certo Errado

Comentários

Gabarito, Errado.

Esta questão é respondida com **A CF/1988. Efetivação dos direitos sociais.**

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SEGURANÇA PÚBLICA. LEGITIMIDADE. INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO.IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. OMISSÃO ADMINISTRATIVA. 1. O Ministério Público detém capacidade postulatória não só para a abertura do inquérito civil, da ação penal pública e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social do meio ambiente, mas também de outros interesses difusos e coletivos [artigo 129, I e III, da CB/88]. Precedentes. 2. **O Supremo fixou entendimento no sentido de que é função institucional do Poder Judiciário determinar a implantação de políticas públicas quando os órgãos estatais competentes, por descumprirem os encargos político-jurídicos que sobre eles incidem, vierem a comprometer, com tal comportamento, a eficácia e a integridade de direitos individuais e/ou coletivos impregnados de estatura constitucional, ainda que derivados de cláusulas revestidas de conteúdo programático**. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento. (STF, RE 367432 AgR / PR - PARANÁ,AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, Relator(a): Min. EROS GRAU)

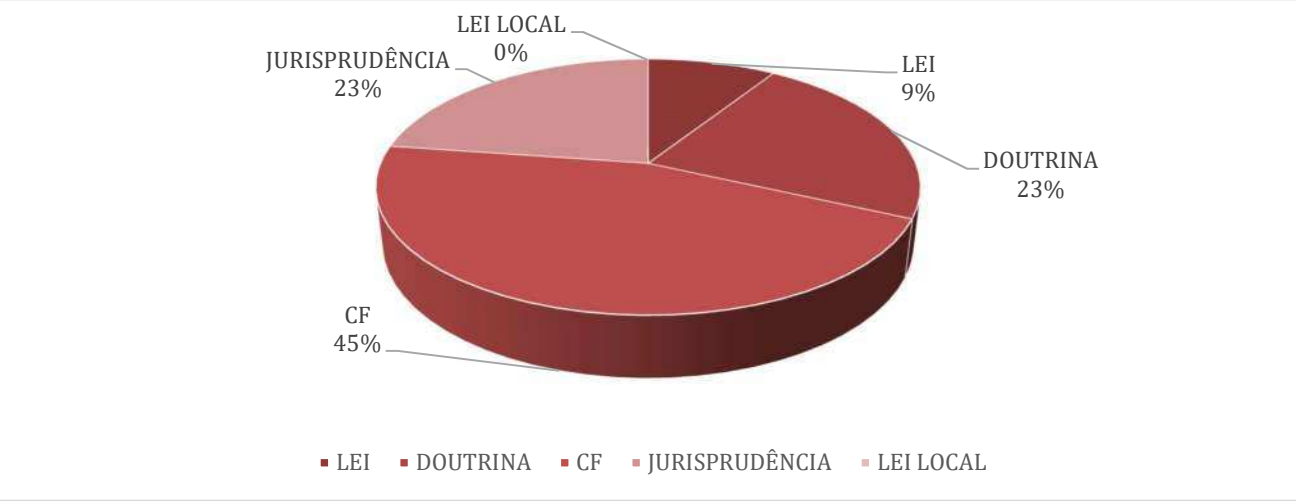
5.2 – Análise da Banca VUNESP

Diante da análise de todas as questões de **Direito Constitucional** cobradas nos últimos certames da banca VUNESP para concursos de **Defensor Público**, percebe-se uma certa harmonia na cobrança de lei seca, doutrina (básica) e jurisprudência, sem um destaque especial para nenhuma forma de cobrança específica.

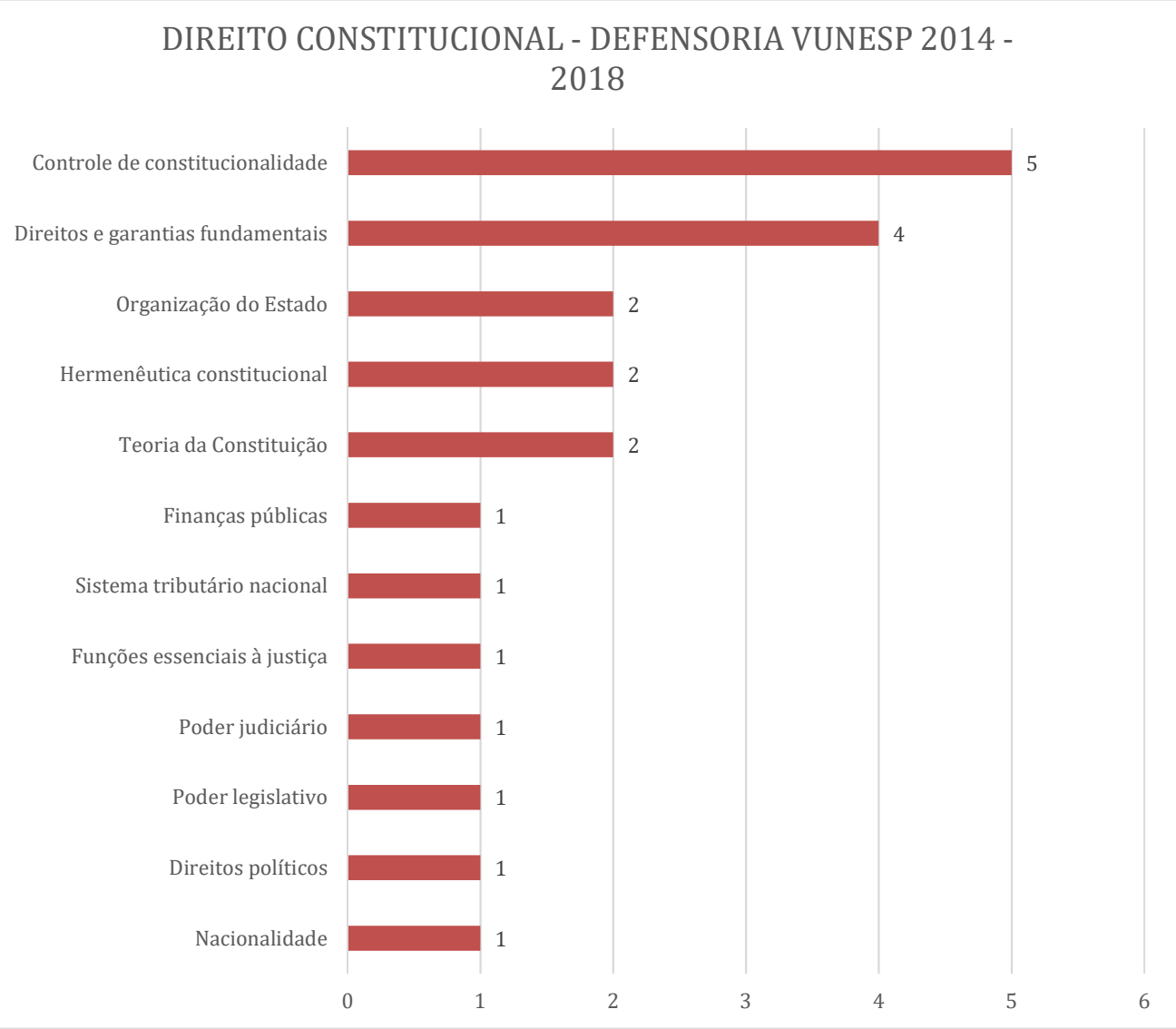
Eis o gráfico de incidência:

DIREITO CONSTITUCIONAL	LEI	DOUTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Teoria da Constituição		1		1		2
Direitos e garantias fundamentais			3	1		4
Hermenêutica constitucional		2				2
Nacionalidade			1			1
Direitos políticos			1			1
Organização do Estado		1	1			2
Poder legislativo				1		1
Controle de Constitucionalidade	1	1	2	1		5
Poder Judiciário	1					1
Funções essenciais à justiça				1		1
Sistema tributário nacional			1			1
Finanças públicas			1			1
TOTAL	2	5	10	5	0	22
%	9,1%	22,7%	45,5%	22,7%	0,0%	100%

Estatisticamente as provas foram cobradas da seguinte maneira:



Já os temas foram cobrados desta forma:



Vejamos uma análise prova a prova:

DPE RO - 2017	LEI	DOUTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Teoria da constituição		1				1
Hermenêutica constitucional		1				1
Direitos políticos			1			1
Orgnanização do estado		1				1
Poder legislativo				1		1
Controle de constitucionalidade			1	1		2
Direitos e garantias fundamentais				1		1
Funções essenciais à justiça				1		1
Finanças públicas			1			1
TOTAL	**0**	**3**	**3**	**4**	**0**	**10**
%	**0,0%**	**30,0%**	**30,0%**	**40,0%**	**0,0%**	**100%**

DPE MS - 2014	LEI	DOUTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Direitos e garantias fundamentais			3			3
Hermenêutica constitucional		1				1
Teoria da constituição				1		1
Nacionalidade			1			1
Organização do estado			1			1
Poder judiciário	1					1
Sistema tributário nacional			1			1
Controle de constitucionalidade	1	1	1			3
TOTAL	**2**	**2**	**7**	**1**	**0**	**12**
%	**16,7%**	**16,7%**	**58,3%**	**8,3%**	**0,0%**	**100%**

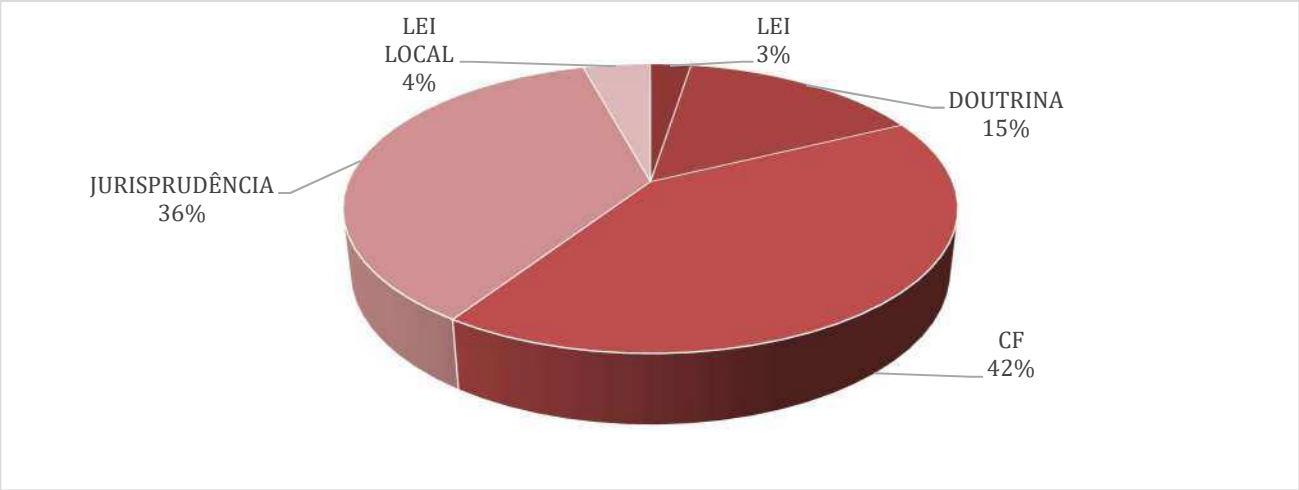
5.3 – Análise da Banca FCC

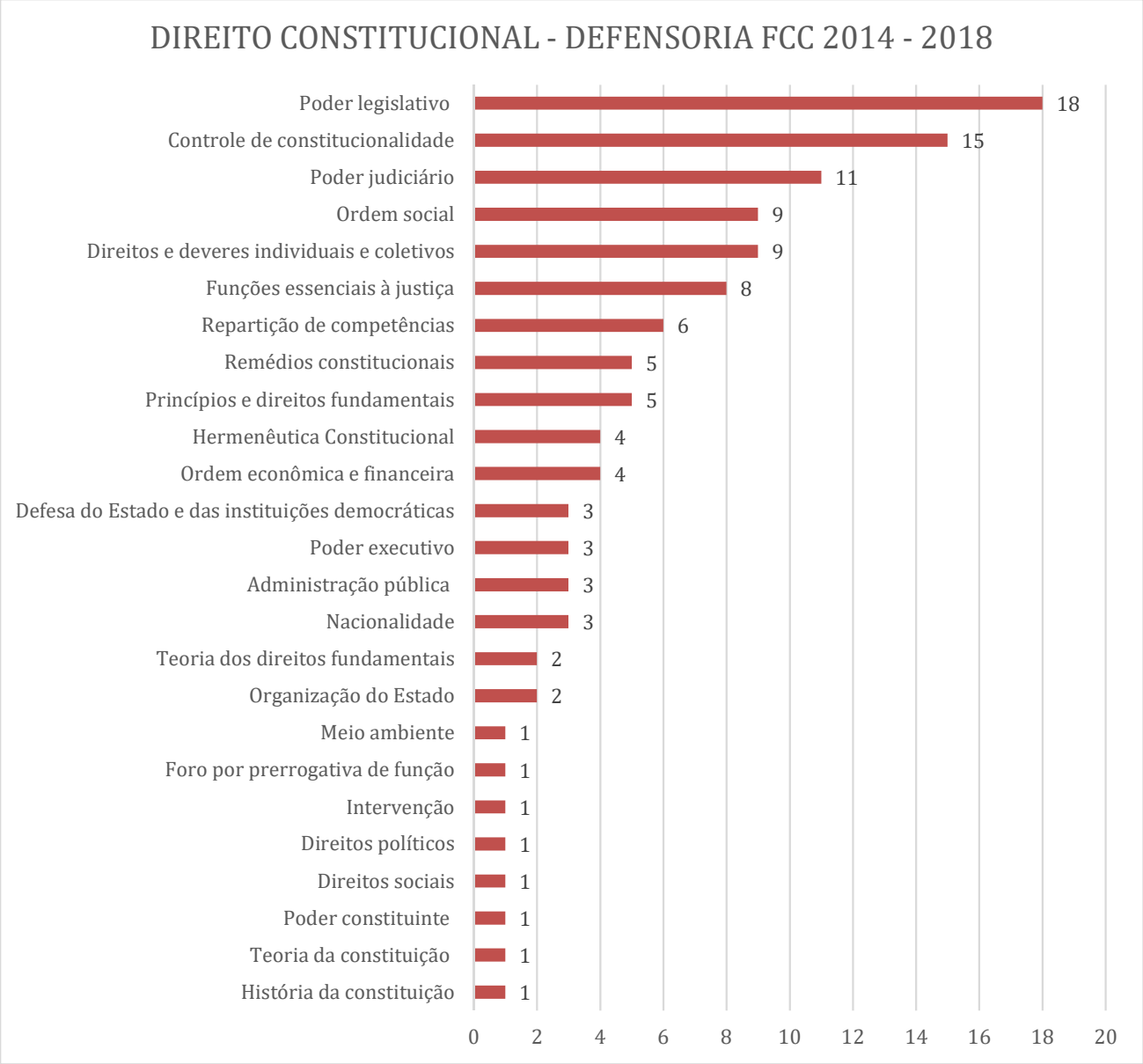
Diante da análise de todas as questões de **Direito Constitucional** cobradas nos últimos certames da banca FCC para concursos de **Defensor Público**, percebe-se uma certa harmonia na cobrança de lei seca, doutrina (básica) e jurisprudência, sem um destaque especial para nenhuma forma de cobrança específica. Eis o gráfico de incidência:

DIREITO CONSTITUCIONAL	LEI	DOUTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Poder Legislativo		1	11	5	1	18
Controle de Constitucionalidade		1	1	13		15
Poder Judiciário	1		5	5		11
Direitos e deveres individuais e coletivos	1		2	6		9
Ordem Social			9			9
Funções Essenciais à Justiça			3	4	1	8
Repartição de competências			5	1		6
Princípios e direitos fundamentais		2	2	1		5
Remédios constitucionais	1	1		3		5
Ordem econômica e financeira			2	1	1	4
Hermenêutica Constitucional		4				4
Nacionalidade		1	2			3
Administração pública			2	1		3
Poder executivo				2	1	3
Defesa do Estado e das instituições democráticas		1	2			3
Organização do Estado		2				2

Teoria dos direitos fundamentais		2				2
História da constituição		1				1
Teoria da constituição		1				1
Poder constituinte		1				1
Direitos sociais			1			1
Direitos políticos			1			1
Intervenção			1			1
Foro por prerrogativa de função				1		1
Meio ambiente					1	1
TOTAL	3	18	49	43	5	118
%	2,5%	15,3%	41,5%	36,4%	4,2%	100%

Vejamos uma análise dos gráficos de incidência.





Vejamos uma análise prova a prova.

DPE AP - 2017	LEI	DOUTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Direitos e deveres individuais e coletivos				1		1
Repartição de competência				1		1
Poder judiciário				2		2
Funções essenciais à justiça				1		1
Ordem social			1			1
Controle de constitucionalidade				2		2
Poder legislativo					1	1
Ordem econômica e financeira					1	1
TOTAL	**0**	**0**	**1**	**7**	**2**	**10**
%	**0,0%**	**0,0%**	**10,0%**	**70,0%**	**20,0%**	**100%**

DPE RS - 2018	LEI	DOUTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Organização do Estado		1				1
História da constituição		1				1
Direitos e deveres individuais e coletivos			1			1
Poder legislativo			1	1		2
Poder executivo				1		1
Poder judiciário				1		1
Controle de constitucionalidade				1		1
TOTAL	**0**	**2**	**2**	**4**	**0**	**8**
%	**0,0%**	**25,0%**	**25,0%**	**50,0%**	**0,0%**	**100%**

DPE AM - 2018	LEI	DOUTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Hermenêutica Constitucional		2				2
Direitos e deveres individuais e coletivos				2		2
Remédios Constitucionais				2		2
Nacionalidade			1			1
Foro por prerrogativa de função				1		1
Poder legislativo			1			1
Controle de constitucionalidade				4		4
Poder judiciário				2		2
Funções essenciais à justiça				1		1
Ordem econômica e financeira				1		1
Meio ambiente					1	1
TOTAL	**0**	**2**	**2**	**13**	**1**	**18**
%	**0,0%**	**11,1%**	**11,1%**	**72,2%**	**5,6%**	**100%**

DPE MA - 2018	LEI	DOUTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Poder constituinte		1				1
Princípios constitucionais		1				1
Nacionalidade		1				1
Direitos políticos			1			1
Repartição de competências			1			1
Poder legislativo		1	3			4
Funções essenciais à justiça			1		1	2
Ordem econômica e financeira			1			1
Ordem social			1			1
Controle de constitucionalidade		1		1		2
TOTAL	**0**	**5**	**8**	**1**	**1**	**15**
%	**0,0%**	**33,3%**	**53,3%**	**6,7%**	**6,7%**	**100%**

DPE PR - 2017	LEI	DOUTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Organização do Estado		1				1
Teoria da constituição		1				1
Teoria dos direitos fundamentais		1				1
Repartição de competências			1			1
Remédios constitucionais	1			1		2
Poder legislativo			1	2		3
Controle de constitucionalidade				3		3
Funções essenciais à justiça			1			1
TOTAL	**1**	**3**	**3**	**6**	**0**	**13**
%	**7,7%**	**23,1%**	**23,1%**	**46,2%**	**0,0%**	**100%**

DPE BA - 2016	LEI	DOUTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Princípios fundamentais		1	1			2
Teoria dos direitos fundamentais		1				1
Poder judiciário			2			2
Direitos sociais			1			1
Funções essenciais à justiça			1			1
Repartição de competências			1			1
Ordem social			1			1
Controle de constitucionalidade			1			1
TOTAL	**0**	**2**	**8**	**0**	**0**	**10**
%	**0,0%**	**20,0%**	**80,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**100%**

DPE ES - 2016	LEI	DOUTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Hermenêutica constitucional		2				2
Direitos fundamentais				1		1
Poder legislativo			1			1
Poder judiciário	1		1			2
Ordem econômica e financeira			1			1
Ordem social			2			2
Controle de constitucionalidade				1		1
TOTAL	**1**	**2**	**5**	**2**	**0**	**10**
%	**10,0%**	**20,0%**	**50,0%**	**20,0%**	**0,0%**	**100%**

DPE RS - 2014	LEI	DOUTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Princípios fundamentais			1			1
Direitos e deveres individuais e coletivos		1		1		2
Intervenção			1			1
Poder legislativo			1			1
Poder executivo					1	1
Defesa do estado e das instituições democráticas		1				1
Ordem Social			2			2
Poder judiciário			1			1
TOTAL	**0**	**2**	**6**	**1**	**1**	**10**
%	**0,0%**	**20,0%**	**60,0%**	**10,0%**	**10,0%**	**100%**

DPE PB - 2014	LEI	DOUTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Direitos e deveres individuais e coletivos			1	2		3
Poder legislativo				2		2
Funções essenciais à justiça				1		1
Defesa do estado e das instituições democráticas			1			1
TOTAL	**0**	**0**	**2**	**5**	**0**	**7**
%	**0,0%**	**0,0%**	**28,6%**	**71,4%**	**0,0%**	**100%**

DPE CE - 2014	LEI	DOUTRINA	CF	JURISPRUDÊNCIA	LEI LOCAL	Nº QUESTÕES
Nacionalidade			1			1
Direitos e deveres individuais e coletivos	1					1
Poder legislativo			3			3
Repartição de competências			2			2
Administração pública			2	1		3
Poder executivo				1		1
Poder judiciário			1			1
Defesa do estado e das instituições democráticas			1			1
Ordem social			2			2
Controle de constitucionalidade				1		1
Funções essenciais à justiça				1		1
TOTAL	**1**	**0**	**12**	**4**	**0**	**17**
%	**5,9%**	**0,0%**	**70,6%**	**23,5%**	**0,0%**	**100%**

6- Considerações Finais

E aí pessoal, encerramos nossa aula inaugural e esperamos que tenham aproveitado a leitura e o estudo. Continuaremos com o Estudo Estatístico das demais matérias.

Quaisquer dúvidas, críticas ou sugestões, mandem-nos uma mensagem nas redes sociais! Grande abraço,

Prof. Igor Maciel e Prof. Vanderlei Jr.

---

[i] Lenza, Pedro Direito constitucional esquematizado / Pedro Lenza. – 22. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018. (Coleção esquematizado)

[ii] https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/486727-O-QUE-A-CPI-PODE-OU-NAO-FAZER.html

[iii] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm

[iv] Motta, Sylvio - Direito Constitucional: Teoria, Jurisprudência e Questões / Sylvio Motta. 27. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

[v] Curso de direito constitucional / Gilmar Ferreira Mendes, Paulo Gustavo Gonet Branco. – 12. ed. rev. e atual. – São Paulo : Saraiva, 2017. – (Série IDP)

[vi] BARROSO, Luis Roberto - CURSO DE Direito Constitucional CONTEMPORÂNEO OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS E A CONSTRUÇÃO DO NOVO MODELO 2- edição 2010

[vii] CUNHA JÚNIOR, Dirley. Curso de Direito Constitucional. 9ª Ed., rev., atual. e ampl., Salvador: Editora Juspodivm, 2015.

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.